

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**AS ORIGENS MARXISTAS DO PENSAMENTO DE
PIERO SRAFFA COMO RETOMADA DA CRÍTICA
DA ECONOMIA POLÍTICA**

MATHEUS FERNANDO MOREIRA DIAS SADDE MARTINS
matrícula nº: 111497253

ORIENTADOR (A): Prof. Maria Mello de Malta

ABRIL, 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**AS ORIGENS MARXISTAS DO PENSAMENTO DE
PIERO SRAFFA COMO RETOMADA DA CRÍTICA DA
ECONOMIA POLÍTICA**

MATHEUS FERNANDO MOREIRA DIAS SADDE MARTINS
matrícula nº: 111497253

ORIENTADOR (A): Prof. Maria Mello de Malta

ABRIL, 2016

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor

Dedico esse trabalho aos meus pais, que sempre cultivaram em mim o estudo, e me apoiam independentemente das escolhas que eu faça. Dedico aos meus avós maternos, cujas histórias de vida são verdadeiros exemplos de superação, humildade e amor. Além destes, também dedico a todos aqueles que buscaram no conhecimento crítico, possibilidades de uma transformação social que fosse verdadeiramente emancipatória. Estes me foram fonte de inspiração ao longo de todo o tempo na universidade.

AGRADECIMENTOS

Entendendo que a busca pelo conhecimento é um trabalho coletivo, donde muitos, de diferentes maneiras, contribuíram para a minha formação, agradecer ser torna uma oportunidade única e extremamente prazerosa. No entanto, não há como a memória ser completamente justa e uniforme de modo a conseguir agradecer a cada um individualmente. Mesmo assim, devo reconhecer aqueles que me foram de fundamental importância para a realização deste trabalho, e que, ao mesmo tempo, deram suas contribuições indiscutíveis a minha formação como economista.

Dentre essas pessoas, a minha orientadora e professora Maria Malta foi, sem dúvida alguma, a pessoa que mais colaborou para a elaboração deste trabalho e para a minha formação. Suas aulas e atividades de pesquisa me serviram de inspiração, exemplo e estímulo à vida acadêmica, sendo que, a sua forma de ensino e orientação, sempre dedicada, me fizeram descobrir um Matheus apaixonado pela teoria econômica e pelo pensamento crítico. Penso eu, que este efeito tenha sua essência na visão emancipatória que a minha orientadora nutre, e procura compartilhar com os seus estudantes, sobre o conhecimento e sua potencialidade transformadora. É justamente na evidenciação desta perspectiva, que afirmo que foi a partir da intervenção de Maria Malta, sempre preocupada em fazer com que minhas formulações se dessem de modo independente e próprio, que o pensamento crítico em Economia ganha total centralidade na minha formação. Portanto, sua colaboração foi para além da formação científica e acadêmica, e este espaço é o momento de agradecer a querida Maria por tamanha contribuição. Obrigado por tudo Maria!

A grande maioria dos professores do IE, os que me deram aulas e até os que não, foram também, fundamentais para a minha formação e de alguma forma, uns indiretamente e outros diretamente, à elaboração desta monografia. Logo, devo agradecer-lhes. Agradeço aos professores do Grupo de Economia Política, em especial Franklin Serrano, que sempre foi solícito aos meus pedidos de discussão de temas relacionados a esta monografia. Agradeço também, aos professores Galeno Tinoco Ferraz e Alexandre Laino de Freitas que me chamaram a atenção para alguns pontos-chaves da discussão empreendida nesta monografia. Outros queridos professores merecem meus agradecimentos por terem me proporcionado uma

formação crítica em outras áreas e temas da Economia. Estes são: Marcelo Paixão, Denise Lobato Gentil, Jaques Kerstenetzky, e Ângela Ganem.

Os amigos que a faculdade traz foram tão excepcionais que tenho certeza que continuaram por toda a minha vida. Seria extremamente difícil cursar o curso de Ciências Econômicas da UFRJ sem os queridíssimos “VIPs” Aline Silva, Camila Monteiro, Daniel Torquatto, Ingrid Kröeber, e Michel Rimes. Nossos encontros, risadas, festas, piadas, brincadeiras, confidências, estudos, provas, trabalhos, dificuldades, bebedeiras, planos, e sonhos foram momentos incríveis durante toda a jornada na Graduação. Cada um de vocês me marcou profundamente e levo todos no coração. Além destes grandes amigos, também gostaria de agradecer, sem citar nomes porque são muitos, os colegas que adquiri durante o ano de preparação para a prova da ANPEC e aos outros bons companheiros da Graduação.

Agradeço aos pesquisadores do LEMA/UFRJ, em especial a Carla Curty, que me ajudou na construção e delimitação do objeto e do método de pesquisa para a monografia, além de sua própria elaboração e escrita. Suas conversas sobre o tema e sobre coisas da vida acadêmica me proporcionaram uma visão nova ao exercício de pesquisador e professor, e foram essenciais na minha escolha em seguir tal caminho. Além disso, Carlinha se tornou uma grande amiga, com a qual pude contar num dos momentos mais turbulentos do meu período como estudante de Graduação.

Ressalto e agradeço a população brasileira por me permitir ter acesso, através de seu financiamento, ao ensino universitário gratuito e de qualidade. E por fim, devo agradecer aos meus pais e a toda minha família pelo apoio, amor incondicional, paciência e dedicação.

RESUMO

SADDE, Matheus F. As origens marxistas do pensamento de Piero Sraffa como retomada da Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro, 2016. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

Tomando como referência o método materialista dialético de história do pensamento econômico (HPE), em conjunto com o objetivo de retomada das contribuições críticas de Marx à teoria econômica, buscar-se-á, nesta monografia, as referências das origens marxistas do pensamento de Piero Sraffa no que tange ao seu desenvolvimento no âmbito da teoria do valor e da distribuição. Acredita-se que é na percepção dessas origens que se pode alcançar parte da Economia Política Crítica alternativa ao pensamento econômico dominante, e que, ao mesmo tempo, resgata a *Crítica da Economia Política* de Marx sob novas bases.

Afirma-se aqui que, do ponto de vista analítico, a teoria do valor e da distribuição de Sraffa é o elemento que revela sua referência marxista. Do ponto de vista metodológico, as evidências desta referência estariam concentradas nas formulações de história do pensamento econômico.

Assim, destaca-se no pensamento de Sraffa a constituição de uma visão de HPE crítica e uma crítica ao pensamento marginalista, que coloca como necessidade o retorno da estrutura analítica (assentada na noção de Excedente) e das categorias teóricas caras aos economistas clássicos e a Marx.

Já em relação à produção própria de formulação da análise de funcionamento da economia, coloca-se como questão a retomada da teoria do valor trabalho como uma teoria objetiva do valor, pois os apontamentos de Sraffa são capazes de explicar a relação entre o movimento dos preços relativos, dada a distribuição do excedente entre lucros e salários, partindo da teoria dos preços de produção de Marx. Neste contexto, Sraffa apresenta uma nova medida do valor pensada como capaz de resolver a problemática envolvida no pensamento econômico desde Ricardo, e que em Marx ganha uma dimensão diferente.

Estes pontos são explorados nesta monografia com o intuito de estabelecer as referências marxistas do pensamento de Sraffa e observar sua proposta de avançar teoricamente a partir do pensamento de Marx e da tradição clássica.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I – A VISÃO DE MUNDO COMUNISTA.....	19
CAPÍTULO II – A VISÃO DE HPE: A RETOMADA DO MÉTODO DE MARX E A REDESCOBERTA DA ABORDAGEM DO EXCEDENTE.....	26
CAPÍTULO III- A QUESTÃO DA TEORIA DO VALOR TRABALHO.....	37
III.1. A Medida do Valor.....	38
III.1.1.O problema do valor em Ricardo.....	39
III.1.2. A teoria dos preços de produção de Marx.....	42
III.1.3. O Problema da Transformação dos valores em preços de produção.....	46
III.2. A Teoria do Valor e Distribuição e a Mercadoria Padrão de Sraffa.....	51
CONCLUSÃO.....	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	74

INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste trabalho se insere numa tentativa de retomada do pensamento econômico de Karl Marx sobre novas bases formuladas por um autor que teve no texto do pensador alemão a fonte para suas respectivas concepções. Dentro deste mesmo movimento, procura-se também, apresentar o vigor analítico do pensamento marxista no âmbito da teoria econômica. Porém, toda teoria possui seu tempo e sua realidade histórica dada, sendo que, o próprio capitalismo sofreu modificações importantes ao longo dos anos. Neste sentido, se deflagra a necessidade de um estudo aprimorado dos conceitos trabalhados por Marx, a fim de perceber como estes conceitos se inserem numa realidade econômica capitalista diferente e contemporânea. E para isso, o “aprimoramento” da base conceitual de Marx para se entender essa nova realidade é o trabalho que tem sido formulado por inúmeros autores marxistas desde o século passado. Para tanto, identificar os autores que foram capazes de fornecer os avanços teóricos mais importantes é de necessidade urgente para a concretização deste objetivo mais geral.

Vale acrescentar que a própria palavra retomada por si só, já indica uma certa “contemporaneização” da crítica apresentada em *O Capital* (1867). Longe de querer fazer tal empreitada ambiciosa, procura-se aqui, apenas, oferecer uma interpretação (por isso a ideia de tentativa) que pudesse auxiliar nesta tarefa. A mesma, não é um trabalho simples e já vem sendo feito há muito tempo. Um autor como Karl Marx não é de simples assimilação, portanto, toda a tentativa aqui empreendida é no fundo, um grande esforço, de onde se espera humildemente estimular a reflexão e o bom debate.

De início, procura-se deixar claro que o estudo de Karl Marx realizado em *O Capital* sobre o capitalismo possui elementos que dão conta de entender o cerne do sistema, assim como seu desenvolvimento. Esta capacidade explicativa é o que justifica se buscar uma recuperação de Marx. Os elementos constitutivos de sua abordagem e sua crítica que merecem destaque são: 1) sua crítica a Economia Política Clássica que está aliada a sua

redefinição do objeto da Economia Política; 2) seu próprio método de investigação, que aplica a lógica dialética ao seu objeto, tomando-o como movimento real de tese, antítese e síntese, e no movimento inicial de abstração do concreto para posteriormente retornar ao concreto como concreto pensado¹. O objetivo da aplicação deste método está em revelar a essência das relações econômicas, que segundo Marx, os economistas clássicos e suas respectivas metodologias eram incapazes de fazer²; 3) seu método de exposição, distinto do de investigação, que considera diferentes níveis de abstração em diferentes momentos de *O Capital*. Isso faz com que haja, em princípio, a necessidade de entendimento da totalidade da reprodução e circulação do capital, para posteriormente examinar os pontos teóricos específicos. Ou seja, o movimento crítico empreendido por Marx “constitui um novo objeto, um novo método e um novo programa de pesquisa para a Economia Política – objeto, método e programa de pesquisa que reconfiguram o próprio conceito de Economia Política” (TEIXEIRA, 2000, p.98)

O método de Marx realiza uma combinação entre um princípio materialista e uma lógica dialética, capaz de manter seus conceitos atuais, porque eles próprios estão em representação na realidade material, além de serem categorias historicamente determinadas. Este método parece deixar a difícil tarefa aos seguidores de Marx, de constante interpretação da realidade histórica vigente, junto ao desenvolvimento teórico das categorias analíticas, necessário a uma objetiva interpretação dessa mesma realidade. E isto constitui um desafio para aqueles que encontraram em Marx a base teórica de entendimento do concreto.

Os já citados elementos da análise de Marx sobre o capitalismo são os responsáveis por fazer com que autores que tomaram sua obra como referência, e compreenderam seu

¹ Ver o texto “Marx e a economia política: a crítica como conceito” de Aloísio Teixeira, publicado na Revista de pós graduação da Universidade Federal Fluminense.

² Jacob Gorender (1985, p. 17) indica que Marx “entregou-se à tarefa que se tornaria a mais obsorvente de sua vida: a de elaborar a crítica da Economia Política enquanto ciência mediada pela ideologia burguesa e apresentar uma teoria econômica alternativa, a partir das conquistas científicas dos economistas clássicos”.

método, realizassem o processo de entendimento da realidade econômica como movimento e contradição e por isso se desafiassem a atualizá-la sempre. Os autores que, desta forma, assimilam a obra de Marx são capazes de fazer dois movimentos: 1º) de interpretação da realidade capitalista de seu tempo, livre das acepções aparentes; 2º) um avanço teórico das próprias categorias conceituais apresentadas por Marx, pois necessitam assimilar a realidade própria de seu tempo. Constituindo-se assim, um desafio teórico para estes autores em questão, a correta aplicação do conceito de Marx à realidade da economia de seu tempo. Posto isso, o objetivo específico deste trabalho consiste na apresentação das origens marxistas de um autor que se propôs a realizar tal tarefa, em uma determinada parte, junto à argumentação de que sua respectiva teoria apresenta avanços capazes de retomarem o pensamento econômico de Marx. Piero Sraffa é este autor.

O entendimento de que Piero Sraffa foi alguém capaz de realizar contribuições significativas para o pensamento marxista se justifica pelos seus desenvolvimentos teóricos em dois pontos importantes da teoria de Marx, a saber, a teoria do valor e da distribuição³. Tais pontos teóricos são vistos como os fundamentais para compreender a essência do modo de produção capitalista. Afinal se relacionam com questões primordiais, tais como: a organização do trabalho social, a lógica de funcionamento do mercado, o sentido do capital e sua especificidade histórica, a origem e a determinação do lucro, e principalmente “o entendimento da dinâmica e da lógica do capital” (TEIXEIRA, 2000, p.99), sendo este o próprio objeto de investigação distinguido na crítica da economia política de Marx.

Neste sentido, o que há de singular neste trabalho é a tentativa de buscar as referências marxistas de Sraffa, que evidenciam a relação teórica entre as formulações de ambos os

³

Isto por sua vez, não elimina outros autores que vieram a contribuir nestes pontos ou em outros.

autores. Acredita-se que tanto as formulações teóricas do valor e da distribuição como a visão de HPE do italiano representam uma retomada do pensamento de Marx. Assim sendo, a hipótese da monografia consiste na verificação das raízes marxistas no pensamento de Sraffa que são capazes de assentar as bases para a recuperação da *Crítica da Economia Política*. Tal recuperação deixa como questão a possibilidade de realização de um construto teórico crítico no campo da Economia Política⁴, que sirva de contraponto a teoria dominante e que, ao mesmo tempo, parta de Marx concebendo os desenvolvimentos feitos por Sraffa.

Para se compreender o quanto essa percepção é de importância não só para o pensamento marxista, mas para a teoria econômica como um todo, deve-se ter em mente a própria concepção de história do pensamento econômico em Marx. Somente esta está habilitada a dar notoriedade a tal tentativa, pois estabelece o pensamento como um conjunto analítico de conceitos logicamente integrados, associados a contextos históricos que revelam a dimensão política e social de uma determinada época, e também do próprio contexto pessoal do formulador da ideia (ou do conjunto de ideias). Logo, determinada teoria só pode ser concebida como resultado histórico-social, que pretende resolver questões econômicas de seu tempo, de modo que visões ideológicas e compromissos éticos são inevitáveis⁵. Pensamento possui, todavia, tempo, espaço, interlocutor, objetivo e ideologia. E é só através dessa concepção de pensamento teórico integrado à realidade histórica-social, que se consegue entender as diferentes abordagens, ideias e conceitos que dão corpo a uma série de teorias, ora divergentes, ora excludentes e ora complementares. Tal percepção sobre o que é o pensamento econômico é o que norteia e dá relevância a uma tentativa de resgatar a teoria marxista junto às ideias de Sraffa.

⁴ Vale ressaltar, que a visão de que Sraffa desenvolveu a teoria de Marx, não exclui outras contribuições, que por ventura também o fizeram, tanto na teoria do valor e da distribuição, quanto em outras. E no mais, não se objetiva aqui uma formulação fechada que daria conta plenamente da questão, muito pelo contrário, se entende que tal tentativa aqui proposta, necessita de discussões, críticas e aprimoramentos.

⁵ Não se possui aqui uma visão positivista da ciência.

Para se apreender o motivo dessa última afirmação, é de grande valia remontar o processo pelo qual o autor deste trabalho chegou a esta percepção das coisas, e em como o objeto foi se concretizando. O caminho a que se chegou com tal escolha tem início no momento em que se passa a encarar a Economia Política como sendo a “verdadeira” Ciência Econômica. Isto porque, a própria Economia Política com sua pergunta fundante, “A origem e a causa das riquezas das nações” feita por Adam Smith, delimitou o campo que hoje é conhecido apenas como Economia⁶, e se fez compreender a importância de considerar outros aspectos elementares, tais como os sociais, políticos e culturais, que vão para além do econômico simplesmente. Assim, a Economia Política é capaz de tecer análises mais completas acerca da realidade social assentada sobre um determinado modo de produção. Em conjunto com essa concepção, está aliada a visão de que a forma como a ciência econômica é tratada pela corrente dominante é insuficiente e incompleta, deflagrando a necessidade de se conceber a economia como Economia Política novamente. A concepção dos economistas da abordagem dominante nega a origem da Economia, seu caráter social e sua capacidade de superação humana, afirmando-se por outro lado, uma naturalização da sociedade que seria apenas um reflexo da natureza humana egoísta. Esta perspectiva não dá margem à ideia de sociedade referida a um modo de produção específico determinado historicamente. Conclui-se que foi neste duplo movimento, o de perceber a insuficiência no tratamento ortodoxo e de enxergar a Economia Política como aquela capaz de tratar o objeto da Economia de modo totalizante, que levou este autor a afirmar que a Economia Política é a “verdadeira” Economia.

A Economia Política, contudo, é o todo que engloba diferentes métodos e arcabouços analíticos referidos à história, e a vivências pessoais dos autores, materializadas sob a forma de diferentes teorias, que buscam explicações sobre este mesmo objeto: o movimento do

⁶ Para o tratamento do porque desta mudança ver Teixeira em “Marx e a Economia Política: a crítica como conceito”.

sistema econômico. Logo, a Economia Política e a História do Pensamento Econômico se diluem e se fundem num todo.

A História do Pensamento Econômico é a história da própria Teoria Econômica. Desta maneira, se a Economia Política abarca aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos, ela também possui relação com o seu tempo histórico, no qual os autores que formulam as teorias estão embebidos. Ou seja, como o pensamento possui seu tempo, seu lugar, seu objetivo, e suas ambições (como dito anteriormente), não se consegue entender determinada teoria sem entender a História e o contexto que a cerca. Assim também, como o próprio processo de formulação e concepção da mesma.

Aqui, chega-se ao motivo que norteia e dá relevância à retomada dos elementos marxistas do pensamento de Sraffa, pois é só a partir do momento que se percebe o verdadeiro sentido e objetivo da teoria do autor italiano, que se consegue perceber a semelhança entre sua visão crítica da realidade e aquela que conduziu Marx à crítica à Economia Política Clássica. E esta ótica sobre o trabalho de Sraffa, só é possível, com a percepção de história do pensamento econômico como a história da própria Economia Política (ou Teoria Econômica), integrada à realidade e ao processo de concepção das ideias e conceitos como apresentada acima. Vida e Obra são inexoravelmente indissociáveis. Consequentemente, Piero Sraffa não só teve a teoria de *O Capital* como uma de suas referências, mas também partilhava da mesma percepção crítica da realidade econômica presente na dita obra.

Este método de apreciação da história das ideias junto à própria Economia Política é o que se apresenta até os dias de hoje, como sendo o mais eficaz na busca do entendimento teórico e analítico das distintas formulações propostas por cada economista. Ao mesmo tempo, este método também é o único capaz de clarificar, e por a olhos nus as interpretações equivocadas, ou mais distantes dos objetivos reais. E isto porque, ressalta o próprio processo

de formação da ideia, do conceito, ou da acepção do teórico, que está, incondicionalmente, embebida em sua realidade histórica, pessoal e ideológica. Tal método também se mostra competente contra o anacronismo, as leituras sem pretensões científicas, e até mesmo a revelação das apropriações de ideias que serviriam a determinados fins que nada teriam a ver com seus contextos originais.

Portanto, tendo-se em mente o método materialista de história do pensamento econômico (HPE), em conjunto com o objetivo de retomada das contribuições críticas de Marx à teoria econômica, buscar-se-á, nesta monografia, as referências das origens marxistas do pensamento de Piero Sraffa no que tange ao seu desenvolvimento no âmbito da teoria do valor e da distribuição. Acredita-se que é na percepção dessas origens que se pode alcançar parte da Economia Política Crítica alternativa ao pensamento econômico dominante, e que, ao mesmo tempo, resgata a *Crítica da Economia Política* de Marx sob novas bases.

Como já dito, para o método materialista de HPE, vida e obra são indissociáveis e historicamente definidos, e em se tratando do pensamento de Piero Sraffa isso não é diferente. Isto porque, todos os seus trabalhos publicados possuíam uma criticidade tão profunda, tanto do ponto de vista analítico quanto político, que se pode dizer de antemão, que uma visão de mundo muito particular o guiou em toda a sua vida. A percepção dessa afirmativa é apreendida no momento em que nos debruçamos sobre as concepções do autor italiano tentando compreender os motivos intelectuais e políticos que o fizeram formulá-las. Três movimentos do pensamento de Piero Sraffa⁷ servem de guia para uma sistematização das origens marxistas do mesmo:

⁷ Não será objeto de estudo nesta seção a relação de Sraffa com John Maynard Keynes, Ludwig Wittgenstein, e outros amigos de Cambridge, justamente por se delimitar nas origens marxistas de seu pensamento econômico. Para uma melhor apreciação dessas relações ver Malta (2012).

(1) A identificação política com as ideias socialistas na juventude, e a organização em grupos ligados ao Partido Comunista Italiano (PCI). Isto levou Sraffa a atuar em prol do movimento comunista ao longo de toda a sua vida, nunca deixando de ter uma compreensão crítica da realidade econômica que o cercava. Assim sendo, seus trabalhos teóricos estão embebidos dessa sua visão de mundo⁸, de modo que, o conjunto de sua obra apresenta um duplo movimento: o de crítica ao *status quo*, sob a forma de explicitação dos problemas analíticos da teoria hegemônica; e o de proposta da retomada da Economia Política e da sua crítica sobre novos alicerces⁹. Este seu segundo movimento possui, do ponto de vista político, a importância de recolocar as profundas críticas feitas por Marx ao modo de produção capitalista, principalmente no que se refere à exploração da classe trabalhadora.

(2) O movimento que o leva a formular uma visão sobre história do pensamento econômico que busca simultaneamente, explicar uma realidade histórica e material, reconhecendo o peso da visão de mundo do autor. Desta forma, Sraffa teve um processo de reconhecimento de que as formulações teóricas são fruto desta ação conjunta da história e da filosofia sobre o pensamento. É na preparação do curso avançado de teoria do valor, e na edição das Obras Completas de David Ricardo, que Sraffa consegue identificar um método como forma de

⁸ A percepção da consolidação da visão de mundo comunista no pensamento de Sraffa como uma origem marxista, se deve a visão de história do pensamento econômico empregada neste trabalho.

⁹ Isto porque, foram os entraves analíticos presentes no pensamento clássico, em especial Ricardo, que fizeram da Economia Política vítima do pensamento marginalista. Outros aspectos, para além do analítico, permitiram a consolidação do pensamento marginalista como hegemônico. No entanto, como o sentido da crítica feita por Sraffa concentra-se ao campo analítico e teórico, esta monografia não investiga as dimensões ideológicas, políticas, filosóficas, metodológicas e epistemológicas que a ruptura marginalista significou. Porém, vale ressaltar que Sraffa reconhece todas essas dimensões, principalmente a ideológica. Usando de uma citação de Bharadwaj, economista indiana próxima a Sraffa, Malta nos mostra a consciência do italiano sobre este assunto: “as explicações para as mudanças nas teorias, particularmente em economia, poderiam não se basear na força lógica /analítica da própria teoria, mas também nas variações das condições sócio-históricas que levam à alimentação de certas visões com respeito ao funcionamento da sociedade” (BHARADWAJ, 1989, p.303 apud. MALTA, 2012, p.2). Se Sraffa estava consciente de que atuando apenas no campo teórico/analítico isso não conduziria a mudanças no *status quo*, o que o levou a continuar o seu trabalho crítico apenas neste aspecto? A resposta desta questão fica clara no momento em que percebemos o método de HPE do autor, cuja visão é a mesma de Marx, pois para ambos o movimento teórico e histórico estão fundidos. Neste sentido, a crítica teórica a abordagem hegemônica, apesar de não oferecer a mudança social, é capaz de evidenciar as questões ideológicas e de classe que a mantem de pé. Isto revela a visão de mundo comunista crítica ao *hegemon* capitalista que conduziu o pensamento de Sraffa a atuar tanto na retomada do pensamento dos economistas antecedentes ao marginalismo (essencialmente Marx), quanto na sua leitura de HPE. A investigação da HPE sraffiana e o seu respectivo método serão tratados no capítulo 2.

abordagem dos estudos de HPE. O principal aliado de Sraffa nessa descoberta foi o *Teorias da Mais Valia* de Marx. Foi especialmente este livro que o fez observar que análise, história e visão filosófica de mundo são determinantes conjuntos das formulações teóricas em Economia. Sua leitura de HPE lança luzes esclarecedoras à estruturação dos movimentos de ruptura e continuidade na história da Economia Política. É principalmente nessa visão de HPE que encontramos a relação mais forte entre seu trabalho e o marxismo¹⁰. É articulado com esta visão de HPE, que Sraffa recupera, do ponto de vista teórico, parte da *Crítica a Economia Política* de Marx, essencialmente, a teoria do valor trabalho.

(3) Ao escrever sua principal obra, *Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias: Prelúdio a uma crítica da teoria econômica* (1960), Piero Sraffa mantém uma indicação de sua fonte marxista na medida em que se debruça sobre a questão da teoria do valor trabalho. É neste ponto, que alguns elementos que evidenciam a relação das contribuições de Sraffa com as concepções de Marx serão levantados. Tais elementos são: 1) a medida do valor e sua relação com o conceito de Mercadoria Padrão, cujo trabalho de Sraffa é capaz de demonstrar que: “num sistema em que mercadorias são produzidas por meio de mercadorias, os preços relativos, os salários e os lucros são determinados, em última análise, pelo tempo de trabalho que é gasto na produção dessas mercadorias” (SINGER, 1997, p.9). Em conjunto com este primeiro elemento, se encontra na obra de Sraffa, a solução do problema da transformação¹¹ dos valores em preços de produção, assim como a determinação da taxa média de lucro com o auxílio da Mercadoria Padrão; 2) a relação da distribuição do excedente entre lucros e salários, e das variações destes rendimentos, com a determinação objetiva dos preços relativos e de seus possíveis movimentos. Destaca-se que o reconhecimento destes elementos

¹⁰ Um dos aspectos mais importantes da relação entre a visão de HPE de Sraffa e Marx reside na questão do método. Ambos os autores são capazes de historiar grafar o pensamento econômico possuindo o entendimento de que o movimento real da história está articulado, de maneira dialética, ao movimento de teorização dos fenômenos econômicos presentes na realidade.

¹¹ Tal solução conduziu a uma reinterpretação do que viria a ser o papel da teoria do valor trabalho no conjunto da obra de Marx. Esta reinterpretação é guiada, em parte, pela ideia de que a interpretação mais ortodoxa iniciada por Hilferding está incorreta. Para autores sraffianos, a percepção do real significado da teoria do valor trabalho em Marx é feita após as contribuições de Sraffa. A interpretação sraffiana se opõe desta forma, a compreensão mais tradicional presente até os dias de hoje no marxismo.

teóricos como desenvolvimentos de questões deixadas pelo pensamento de Marx, passa também, pelo entendimento do significado da lei do valor¹².

CAPÍTULO I - A VISÃO DE MUNDO COMUNISTA

¹² Como será visto adiante, a argumentação deste significado se concentra na inovação feita por Marx em relação a Ricardo com o conceito de capital constante, e na teoria dos preços de produção. A interpretação da lei do valor baseada nesses dois elementos da teoria de Marx é desenvolvida por autores sraffianos. Tais como Pierangelo Garegnani e Fabio Petri e também por Ronald L. Meek.

O entendimento da consolidação da visão de mundo comunista em Sraffa é feito, necessariamente, na investigação de sua vida e de sua relação com o movimento comunista na Itália de seu tempo.

Nascido na Turim de 1898, Piero Sraffa teve no seu ambiente familiar judeu, influências acadêmicas vindas de seu pai, Angelo Sraffa, professor de Direito, e importante jurista. Na infância e adolescência, fez a maioria do primário e do secundário em Milão, por causa da transferência de seu pai para a *Università Commerciale de Luigi Bocconi*, e por lá permaneceu durante 10 anos (de 1903 a 1913). No entanto, finalizou o secundário na prestigiada escola Massimo D’Azeglio na Turin de 1915. O retorno da família Sraffa para a cidade natal de Piero, mais uma vez, foi motivado pela carreira acadêmica do pai, que assumira a cátedra de Direito Comercial na Universidade de Turim.

O período dos primeiros estudos de Piero é importante devido às influências filosóficas que recebeu de professores com os quais cultivou interesse e admiração. Na escola Giuseppe Parini de Milão, teve contato com o professor socialista Domenico Re. Já em Turin, na escola Massimo D’Azeglio, teve aulas de literatura italiana com Umberto Cosmo, um estudioso de Dante e ex-socialista discípulo da filosofia de Benedetto Croce (1866 – 1952). Este último foi um grande mentor intelectual dos jovens italianos daquele tempo, junto a Giovanni Gentile (1875 – 1944). O pensamento de Croce é caracterizado por Potier, um importante biógrafo de Sraffa, como “neo-idealista” ou “neohegeliano”, cujo desenvolvimento foi capaz de criar uma filosofia historicista baseada numa leitura crítica de Hegel. Entre suas obras mais importantes do período estão, *Materialismo histórico da economia marxista* (1900), e *Logica como scienza del concetto puro* (1909). Além do mais, Potier afirma que Croce era um liberal, “adversário do Fascismo”, e que o jovem Sraffa lia o *La Critica: Rivista di letteratura, storia e filosofia*, um jornal de 1903 publicado por Croce. Gentile também fora um “discípulo crítico de Hegel”, liberal, e um “filósofo que restabeleceu ligações com a tradição espiritualista italiana e europeia”, mas, diferentemente de Croce, tornou-se um “teórico do Fascismo”, rompendo assim com o seu liberalismo. Os nomes de

Gentile e Croce dão o tom exato da atmosfera intelectual que cercava os jovens italianos da época. Interessante notar que este ambiente comungou do liberalismo e da crítica ao hegelianismo, fontes estas que também fizeram influências no pensamento de Marx¹³.

Em 1916, Piero Sraffa ingressa na Faculdade de Direito de Turim, influenciado por seu pai. Dos professores com os quais o jovem italiano teve aula, Luigi Einaudi foi o que desempenhou maior influência. Tanto que, a tese (*A inflação monetária na Itália durante e depois da guerra*) feita por Sraffa foi orientada pelo próprio Einaudi, que era especializado em finanças públicas e um político de vertente liberal. Os estudos de Sraffa dessa época são sobre moeda, bancos e sistema financeiro. O marginalismo dos economistas de Turim estava presente devido a grande influência que o trabalho de Marshall ali exerceu. Pasquale Jannaccone (1872– 1960) foi o professor com o qual Sraffa aprendeu a teoria do valor e distribuição marginalista. Dentre os demais mestres daquela Universidade, Achille Loria (1857–1943) merece certo destaque. Foi este professor quem “introduziu” Karl Marx na Itália e chegou a discutir o “problema da transformação” com Frederick Engles. Lecionava História Econômica e era um anti-marginalista convicto. Contudo, Potier destaca que Sraffa não demonstrou grande interesse pelas aulas de Loria.

No contexto da Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914, os estudos do jovem Piero tiveram de ser interrompidos por causa da obrigatoriedade com os serviços militares, haja ocorrido à entrada da Itália na Guerra em 1915. Ele prestou o serviço militar em campo de guerra de 1917 a 1918, e no fim de 1918, com o término de sua obrigatoriedade volta para a Faculdade de Direito e finaliza seus estudos. Para além da Guerra, outros dois contextos fizeram com que o italiano se interessasse pelo socialismo. O ambiente de lutas operárias e

¹³ Para uma apreciação dessas influências em Marx ver a Introdução de Jacob Gorender à edição de *O Capital* da Coleção Os Economistas.

sindicais da cidade de Turin e a Revolução Russa de 1917. Para que se tenha dimensão da influencia dessas vivências históricas sobre a afirmação política de Sraffa, vale a leitura do seguinte trecho:

“I had settled, until 1917, into the pacifist socialism of 1914–15, from which I was shaken by the discovery, which I made after Caporetto and the November Russian Revolution, that the guns were precisely in the hands of the worker-soldiers¹⁴” (SRAFFA, 1924, apud. POTIER, 1991 [1987], p.5)

Definida a sua orientação política, Piero passou a ter como propósito tornar-se “útil para o movimento revolucionário” (MALTA, 2012, p.6). O jovem italiano foi apresentado a um estudante de Umberto Cosmo, o seu antigo professor secundário com o qual ainda mantinha contato, da Universidade de Turim. O estudante que poderia responder aos anseios revolucionários de Piero era ninguém menos que Antonio Gramsci. Deste encontro¹⁵, uma profunda amizade surgiu. Esta pode ser atestada pelo grande número de cartas trocadas por ambos, pelo teor de confiança dessas cartas, e pelo enorme esforço e inquietação com que Sraffa dedicou, anos mais tarde em Cambridge, a ver tornar-se realidade a liberdade do amigo, que nunca acontecera¹⁶. Em março de 1919, junto a Angelo Tasca (1892–1960), Umberto Terracini (1895–1983), e Palmiro Togliatti (1893–1964), Gramsci fundou o *L'Ordine Nuovo: Rassegna settimanale di cultura socialista*. Periódico semanal situado à extrema esquerda do Partido Socialista Italiano. No ano de 1920, Sraffa participa do Grupo de estudantes socialistas da cidade de Turim, grupo este criado pela iniciativa de Gramsci e que defendeu uma posição política muito próxima a do *L'Ordine Nuovo* durante as reuniões semanais no Centro Sindical de Turim.

¹⁴ Trecho de uma carta dirigida a Gramsci escrita por Sraffa em 1924.

¹⁵ Que provavelmente ocorreu no ano de 1919.

¹⁶ A prisão de Gramsci foi efetuada pelo regime fascista no ano de 1926.

Malta chama a atenção para o significado da amizade entre os dois comunistas, ao dizer que: “A história que liga Sraffa e Gramsci merece um tratamento amplo e sua dimensão política e pessoal é muito mais relevante do que seu possível traço de comunhão filosófica” (MALTA, 2012, p.5). É a partir desta dimensão política e pessoal que se pôde apreender as influências exercidas pelo revolucionário italiano sobre Sraffa, tanto na sua relação com o comunismo e o marxismo, quanto no “ponto de virada” que mais tarde registraria o traço mais marcante da leitura de história do pensamento econômico. Historiadores do pensamento econômico que investigaram a relação dos dois trabalham com a hipótese de que a orientação para as questões da teoria do valor e distribuição em Sraffa, que não se dedicaria mais as questões monetárias, foi motivada principalmente por Gramsci. No obituário de Sraffa, Kaldor diz:

“Foi parcialmente devido à influência de Gramsci que ocorreu o afastamento da sua concentração inicial no tema de moeda e bancos e um progressivo interesse nos temas levantados pela teoria clássica do valor na versão desenvolvida por Ricardo, e em descobrir novos métodos, para superar os problemas que o próprio Ricardo deixara irresolutos” (KALDOR, 1984 apud. MALTA, 2012, p.9).

No ano de 1921, com o PCI já fundado, Piero Sraffa viaja até a Inglaterra a pedido de Gramsci. O motivo da viagem era o de aprender sobre a organização e a estrutura do *Labour Research Department*, um importante centro de estudos e pesquisa sobre trabalho e indústria. Gramsci objetivava a época, estabelecer um centro destes, com os mesmos moldes, no PCI. A viagem também serviu para aproximar Sraffa da economia política inglesa, que à época era, assim como a formação que recebera na Faculdade de Direito, marginalista, especificadamente ligada ao pensamento de Alfred Marshall (1842 - 1924).

Por agora, vale investigar os três artigos publicados por Sraffa no *L'Ordine Nuovo* no ano de 1921. Tais artigos são produtos das pesquisas realizadas *Labour Research Department*. Os mesmos confirmam a sua relação com o comunismo e são essenciais na compreensão da consolidação da visão de mundo comunista em Sraffa, não apenas por deixarem claro seu envolvimento com este posicionamento político, mas também por deflagrarem suas concepções acerca das estratégias empregadas pela burguesia contra a organização sindical dos trabalhadores, quanto da necessidade de organização da classe trabalhadora que não poderia mais cair na ilusão de achar que o Estado seria capaz de cumprir “um papel mediador na luta de classes”. Estas duas conclusões são apresentadas nos dois primeiros artigos¹⁷, que são fruto de seus estudos sobre a situação da classe trabalhadora nos EUA e na Inglaterra respectivamente. É no terceiro artigo, publicado em agosto de 1921, cujo objeto é a “posição dos líderes dos movimentos dos trabalhadores na Inglaterra, em especial, os líderes dos sindicatos” (MALTA, 2012, p.8) que fica evidente a sua base marxista de análise. Segundo Malta: “Sraffa expõe claramente uma concepção das noções de classe e fração de classe típicas do pensamento marxista e que ficaria mais clara no trabalho de Gramsci nos próximos anos” (MALTA, 2012, p.8)

Foi durante a mesma viagem que Piero conheceu o Lord inglês, John Maynard Keynes. Como já fora pincelado, os primeiros trabalhos de Sraffa são sobre moeda, bancos e sistema financeiro. Foram esses temas os motivos que fizeram com que, ao viajar para a Inglaterra, o italiano estreitasse relações com Keynes. Este estava, justamente, no período de sua vida intelectual em que mais se dedicou as questões monetárias¹⁸. Foi através do contato estabelecido com Keynes, e do incentivo dado pelo mesmo, que Sraffa empenhou-se em escrever um artigo sobre a crise gerada no sistema financeiro italiano com a bancarrota do *Banca di Sconto* (1922). Benito Mussolini toma conhecimento do artigo, sendo que, na cabeça

¹⁷ O primeiro artigo se chama *Open Shop Drive* e o segundo *Industriali e governo inglese contro i lavoratori*.

¹⁸ Período este que será essencial para as conclusões de Keynes acerca da moeda e suas funções que marcará profundamente a história do pensamento econômico anos mais tarde com a publicação de sua *Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda* (1936).

do fascista, as paginas do estudo não passavam de uma tentativa de gerar instabilidade e desconfiança no sistema financeiro da Itália. Ficara assim estabelecida uma difícil situação entre Sraffa e o fascismo. Isto fez com que o italiano se mudasse para Milão¹⁹, e lá ocupasse o cargo de Diretor do *Ufficcio Provinciale del Lavoro*.

Em novembro de 1923, Sraffa passou a dedicar-se a vida acadêmica. Lecionou na Faculdade de Direito de Perugia, e em 1926 conseguiu ingressar, através de um concurso, na Universidade de Cagliari. Antes de aprofundarmos nos estudos críticos do final dos anos 20, Malta nos lembra de dois fatos que marcariam a vida intelectual de Sraffa a partir do segundo semestre de 1924:

“Gramsci é eleito para o parlamento italiano, voltando a morar no país, e Keynes consegue retirar o nome de Sraffa da lista de estrangeiros indesejados da imigração inglesa. Ambos os eventos abrem espaço para movimentos intelectualmente importantes para Sraffa. De um lado, retoma o contato frequente com Gramsci, com quem discute sempre sobre a política da época e economia política, em especial sobre a experiência da URSS. De outro, restabelece o contato com Keynes que o estimulava a escrever trabalhos acadêmicos e a pesquisar na área de bancos e finanças” (MALTA, 2012, p.8)

É junto a este contexto, mais a preocupação com a situação dos trabalhadores industriais e o aumento dos interesses em relação à teoria da firma, que Sraffa, neste período (1923 -1926), se dedica ao estudo crítico da teoria da firma, valor e distribuição de Alfred Marshall, realizando o rompimento com o marginalismo no nível teórico, mas não no nível da HPE. Este “ponto de virada” em relação à leitura de HPE mais tradicional, caracterizado por Garegnani (2005), aconteceu no verão de 1927 em Cambridge, a partir do momento em que

¹⁹

A província era governada por um regime socialista.

Piero colocou a si próprio o propósito de compreender o valor ao longo da história do pensamento econômico para ministrar o curso avançado de Teoria do Valor para o qual foi convidado por Keynes.

CAPÍTULO II - A VISÃO DE HPE: A RETOMADA DO MÉTODO DE MARX E A REDESCOBERTA DA ABORDAGEM DO EXCEDENTE.

Após a incursão crítica a teoria da firma de Marshall, o jovem italiano se encontrava confuso no que diz respeito à relação entre os economistas clássicos e Marshall, principalmente no que se refere à teoria da determinação dos valores. Naquele momento, a sua leitura de HPE ainda era necessariamente marshalliana. Porém, é a própria incapacidade marginalista de explicar o valor através de duas curvas (oferta e demanda) gerais e de mesmas propriedades, inerentes a todos os mercados, que faz habitar na mente do italiano a inquietação, do ponto de vista teórico, quanto à explicação do valor pelos economistas antecedentes a Marshall. Isto o levará ao estudo das formulações teóricas do valor e, consequentemente da distribuição ao longo da história do pensamento econômico. No entanto, a percepção de que o Marginalismo é um movimento de ruptura com as teorias originais, só ganha forma no verão de 1927. É a clareza do significado analítico dessa ruptura, adquirida nesta época, que inauguraria tanto o ponto de partida da retomada dos “economistas antigos”, quanto uma nova leitura de HPE. Até essa conclusão, um grande esforço de história do pensamento teve de se fazer presente. Sem dúvidas, é no *Teorias da Mais Valia* que Sraffa encontrará parte das respostas de seus questionamentos. O autor estabelece seu projeto de pesquisa posterior entendendo a ruptura realizada pela revolução marginalista e a necessidade do retorno aos economistas clássicos e Marx.

Ao criticar a relação entre os custos e os rendimentos no âmbito de uma teoria da determinação do valor em conjunto com a construção da curva de oferta, Sraffa abriu espaço para uma dúvida cruel a leitura de HPE vinda da tradição marshalliana. A indagação residia no surgimento da relação de independência analítica entre a teoria do valor e a teoria da distribuição cara ao arcabouço marginalista. Sendo que, a leitura marshalliana caracteriza-se, do ponto de vista teórico, pelo destaque dado a superação da noção única de custos constantes vinda dos autores anteriores. Ou seja, ao trabalharem com variações marginais os economistas marginalistas estariam superando “limitações” advindas dos economistas anteriores (em especial Smith e Ricardo), por conseguirem determinar variações crescentes e decrescentes (não só constantes) na relação entre custos e quantidades produzidas (curva de oferta), e no quanto as quantidades demandadas variam em relação a variações no preço, dadas as preferências do consumidor (curva de demanda). É este entender das coisas que faz a leitura

marshalliana não se posicionar como ruptura, mas sim como desenvolvimento²⁰, dado que, o mais importante em seu movimento é o fato deste “aprimoramento” estar articulado com a teoria do valor e sua respectiva independência analítica com a teoria da distribuição. A investigação da condição que determina essa independência é o que irá abrir a dúvida devastadora no pensamento do italiano.

Além disso, vale observar outras duas concepções que o autor fazia acerca das teorias do valor anteriores a marginalista. Para o Sraffa de antes do “ponto de virada”, tais teorias possuíam um aspecto filosófico, e não técnico, em suas respectivas formulações. Isto, claramente, revela que naquele momento o iminente professor ainda possuía uma visão de HPE que preconiza a teoria marginalista do valor como superior as anteriores por ter eliminado da Economia Política o aspecto filosófico de explicação. Para este Sraffa, a ideia de equilíbrio era a única capaz de “expurgar da análise econômica os elementos filosóficos externos”, e imprimir a explicação técnica. O equilíbrio conseguiria tamanho feito por dois motivos, como destacado por Malta (2012):

“1) ter fechado a antiga controvérsia entre a escola dos custos e a da utilidade, por ser compatível com ambas, e carregado de volta o debate de teoria do valor do campo da política para o campo da teoria econômica; e 2) colocou o foco da teoria na determinação dos preços efetivos das mercadorias e não nas causas do valor ou em estimar a riqueza das nações, ou ainda na distribuição” (MALTA, 2012, p.12).

Por agora, verificar-se-á a condição que determina a relação de independência analítica entre as teorias do valor e distribuição marginalista. Definitivamente é esta investigação que acabará com todo resquício da formação burguesa que até então fizera influência em Sraffa. No entanto, compreendendo a visão de HPE aqui reivindicada, se faz

²⁰ A influência dessa noção de “desenvolvimento” pode ser captada pelo próprio nome dado atualmente aos autores marginalistas. A designação de **neoclássicos**.

necessário ressaltar que o início geral desse processo de rompimento se dá pelo contato com as ideias socialistas na Itália.

Inicialmente, o então professor de Cambridge coloca como ponto de partida de sua análise a relação entre a teoria do valor e a teoria da distribuição na economia marginalista. A separação analítica das duas teorias é, portanto, caracterizado, pelo próprio Sraffa, como o fundamento daquela abordagem teórica. Ao realizar tal acepção das coisas, o autor percebe que é uma determinada condição a única capaz de garantir a separação analítica da teoria do valor da teoria da distribuição dentro do arcabouço teórico marginalista. Malta explica a dita condição:

“Tal condição era que ocorressem apenas pequenas variações na produção de cada mercadoria e que não usassem proporções significativas das dotações de fatores, de modo a não alterar os preços de fatores. Daí conclui que o raciocínio só poderia ser feito com uma mercadoria de cada vez. Mesmo que pudesse atingir a todas as mercadorias por meio da sucessão de determinações de preços, jamais poderia ser utilizado para todas ou várias mercadorias ao mesmo tempo” (MALTA, 2012, p.12).

É no entendimento do que significa esta condição para a garantia dos resultados marginalistas que fez Sraffa compreender o que foi, do ponto de vista analítico, o movimento teórico de ruptura marginalista. Se a condição de pequenas variações na produção que alterariam os custos de produção e os respectivos valores de equilíbrio de uma única mercadoria não for atendida, e assim as variações nos custos afetarem a distribuição da dotação dos fatores e os preços destes, não há como se garantir a determinação simultânea dos preços de todas as mercadorias em todos os mercados de forma independente. Apenas as variações marginais na produção seriam capazes de alterar os preços das mercadorias sem alterar significativamente a distribuição entre os fatores de produção empregados (especificamente a relação capital trabalho).

Outro desenvolvimento crítico possibilitado, e que acabou de uma vez por todas com a pretensa tentativa de “expurgar da análise econômica os aspectos filosóficos” foi o do entendimento de que, qualquer tentativa de explicar a distribuição e o valor pela via “técnica” teria que restringir-se com hipóteses completamente insuficientes. A percepção disso, no pensamento de Sraffa, se deu no sentido de compreender que as hipóteses feitas pela teoria marginalista eram as que garantiam o resultado a qual a própria teoria desejaria chegar. Isto deixa, definitivamente, toda a sua formação conservadora em ruínas e fortalece a sua visão de mundo crítica, de uma maneira que, não deixará mais dúvida sobre os seus caminhos posteriores de recuperação dos clássicos e Marx. Este desenvolvimento crítico que evidencia a impossibilidade de se retirar o tal aspecto filosófico consiste, especificamente, na impossibilidade de se abrir mão da explicação do valor pela utilidade mesmo supondo retornos constantes. A utilidade representa aí a necessidade de se possuir, mais uma vez, uma explicação filosófica para a teoria do valor, pois, caso este fosse explicado apenas pelos custos reais de produção se estaria suscetível à distribuição entre lucros, salários e renda terra na formação do preço. Ao realizar a lei de rendimentos não proporcionais Alfred Marshall não foi capaz de livrar a teoria econômica de nenhum desses problemas (o da expurgação do aspecto filosófico e o da relação entre distribuição e formação do preço). Seu feito consiste em descolar o âmbito de explicação do valor da noção de custos para a ideia de *custo de oportunidade*. Malta mostra o que passaria a caracterizar a diferença entre clássicos e marginalistas após o “ponto de virada” de Sraffa ter ocorrido:

“O critério no qual Sraffa passara a confiar para separar clássicos de marginalistas não era mais, como Marshall apontava, a hipótese de retornos constantes. Agora Sraffa estava convencido de que a questão que diferenciava as abordagens passava pelas noções de custo físico real e custo subjetivo real e/ou utilidade como elementos fundamentais de teorias do valor diferenciadas. Sraffa afirma, em uma passagem do manuscrito sob o título de Evolução do conceito de custo, que ‘a tendência [da evolução do conceito de custo] tem sido a de custo deixar de significar os meios necessários para possibilitar a produção a ser feita, para significar o incentivo requerido para induzir alguém a superar o sacrifício envolvido na produção’ (SRAFFA D3/12/4: A5.6. apud GAREGNANI, 2005, pp.475- 476, grifos no original). Nesta

passagem fica evidenciada a diferença que ele buscava marcar, qual seja, a evolução do conceito de custo teria sido no sentido de abandonar a noção de meios objetivamente necessários à produção, optando-se por supor o custo como incentivos subjetivamente requeridos para induzir à oferta daqueles meios” (MALTA, 2012, p.13).

A distinção entre clássicos e marginalistas fica explícita para o italiano quando este entende o sentido que a palavra custo representava aos primeiros. A capacidade de reprodução material das condições médias de produção. Desta forma, o economista passa a qualificar a Economia Marginalista como uma “quebra de votos” em relação à tradição da Economia Clássica. Assim sendo, a crucial diferença da noção de custo é, na verdade, uma espécie de manobra teórica: “Para poder medir utilidade e custo em um mesmo sistema Marshall foi obrigado a transformar o custo em algo subjetivo, uma espécie de utilidade negativa por se abrir mão dos recursos para seu uso no processo produtivo” (MALTA, 2012, p.13).

Toda a construção advinda de Marshall tenta redirecionar as hipóteses para fazer com que se alcance o equilíbrio entre as curvas de oferta e demanda em cada mercado. As propriedades marginais tanto de custo, baseada na lei dos rendimentos não proporcionais, quanto na utilidade, baseada na lei da utilidade marginal, direcionadas à determinação das curvas de oferta e demanda respectivamente só fazem determinar o valor no ponto de encontro entre as duas curvas. O fechamento desse sistema passa a representar uma completa mudança de foco e até mesmo de objeto da Economia Política para Sraffa. Após o seu “ponto de virada”, a dúvida que ficou na mente do economista foi: “como determinar os valores e preços sob condições de concorrência de forma independente da distribuição sem recurso ao subjetivismo filosófico?” (MALTA, 2012, p.12). Para além dessa questão, o próprio projeto de pesquisa que caracterizará, nos próximos anos, a chamada Abordagem do Excedente fica assim determinado: “A construção de uma visão teórica que respondesse a questão do valor de forma independente da distribuição e que tivesse como referência uma concepção objetiva do valor” (MALTA, 2012, p.13).

Estaria assim, delimitado o sentido dos próximos passos de Sraffa, e o objetivo teórico a ser perseguido pelo economista italiano. É na edição das Obras Completas de Ricardo, que Sraffa consegue expor todos os passos lógicos da teoria do valor e da distribuição do economista inglês. O principal aliado na sistematização e na redescoberta da teoria de Ricardo foi o *Teorias da Mais Valia*. A relação deste livro com a descoberta da Abordagem do Excedente merece um destaque, principalmente pela conexão entre o estudo de HPE e a formulação da teoria. Ou seja, do ponto de vista do método.

Algo que aproxima Marx e Sraffa de maneira única é a percepção que ambos nutriam sobre o estudo da história das ideias para a própria construção teórica como fundamentais e indissociáveis. Tanto o revolucionário alemão quanto o comunista italiano fizeram movimentos muito semelhantes no que se refere a teoria econômica crítica. Ambos se aprofundaram insistentemente na história da Economia Política Clássica a fim de realizarem as suas próprias construções críticas. O primeiro realiza o maior movimento crítico da história do pensamento econômico, e o segundo coloca a teoria dominante sobre os seus próprios pés estabelecendo a necessidade de retorno aos textos do alemão e dos ingleses liberais. É o livro de HPE de Marx que faz Sraffa identificar os problemáticos desenvolvimentos de Ricardo sobre a teoria do valor e da distribuição. Neste sentido, afirma-se que o trabalho de edição das obras de Ricardo e a Introdução dali resultante podem ser encarados como sendo trabalhos dentro da linha de HPE de Marx. Isto porque, ao fim e ao cabo, ambos compartilham do mesmo método de HPE para a construção teórica crítica. Tal método se baseia na apropriação do movimento teórico tendo como base o movimento real da história. As formulações teóricas possuem suas próprias condições históricas de realização. Desta forma, a organização da história da teoria econômica é um estudo da própria economia ao longo da história. Os elementos trazidos por Marx para a sistematização de sua HPE são os que permitiram a Sraffa a construção de sua própria visão de HPE, assim como a sua própria formulação teórica que resgata a teoria do valor e da distribuição de Marx. Assim sendo, uma análise do livro IV de

O Capital se faz de grande valia para a compreensão da redescoberta e caracterização da Abordagem do Excedente feita por Piero Sraffa.

Num primeiro momento, fica claro que a distinção apresentada por Marx entre economistas políticos clássicos e vulgares, em que, os primeiros são os verdadeiramente científicos, por possuírem a capacidade crítica em relação ao *status quo*, é fundamental para a caracterização mais ampla do que significou o rompimento marginalista, já clarificado no pensamento de Sraffa em seu “ponto de virada”. Marx argumenta que o elemento de diferenciação entre clássicos (burgueses) e vulgares é a concepção da relação da distribuição com o processo de formação do valor, mas fundamentalmente a explicação acerca da origem dos rendimentos das classes gerados pela distribuição do produto. Para os primeiros, os rendimentos do capital, trabalho e terra determinam os valores e são definidos na esfera da produção, e devem ser investigados nesse *locus*. Os vulgares, conquanto, buscam elementos fora do contexto da produção para explicarem a origem dos rendimentos e o consequente processo de formação dos preços.

Além disso, Marx observa que, o avanço feito por Ricardo acerca da relação que liga as variações nos salários a variações nos lucros era o que explicitava as contradições das relações sociais existentes na forma histórica capitalista, e era, ao mesmo tempo, o mais avançado aporte da Economia Política científica, pois seus predecessores, apesar de buscarem na esfera da produção a explicação da origem dos rendimentos e dos valores, acreditavam que o valor se tratava apenas de um somatório dos rendimentos, cuja distribuição entre salários e lucros não afetava a determinação do valor. No entanto, foi devido ao método científico empregado, em conjunto com a visão de mundo burguesa liberal que conduziu Ricardo a naturalização dessas contradições.

Do ponto de vista analítico, o trabalho de HPE de Sraffa permitiu evidenciar a condição restritiva (a suposição da troca de iguais trabalhos contidos) da relação da medida do valor com a distribuição na determinação dos valores na teoria de Ricardo, haja visto, a já compreensão deste problema por parte de Marx. Isto nos permite pensar, que a HPE crítica do alemão, junto a sua classificação entre clássicos e vulgares auxiliou Sraffa a compreender as contradições com as quais a teoria de Ricardo estava imbricada, o significado científico de sua teoria da distribuição para a determinação do valor, mas principalmente, as contribuições de Marx ao campo científico da Economia Política. O entendimento por parte de Sraffa, de que a crítica a Economia Política de Marx traz contribuições que superam algumas²¹ das contradições existentes em Ricardo²² se deve, essencialmente, a sua teoria dos preços de produção, ao conceito de capital constante, e a teoria da distribuição. Desta maneira, a teoria de Marx também preserva a estrutura analítica e conceitual dos economistas clássicos, junto à explicação dos valores e da origem dos rendimentos no âmbito da produção, visto que o próprio Marx as considerava científicas.

Para a historiografia das ideias econômicas, junto a história da organização das condições materiais de reprodução, o *Teorias da Mais Valia* de Marx possui um “corte analítico crítico” que orienta a organização temática da Economia Política Clássica, e é seguido pela construção teórica de Marx. O dito “corte analítico crítico” tem haver com a forma como os economistas lidaram com a mais valia ao longo da história, sem trata-la com o devido método capaz de revelar a sua complexidade. O conceito mais amplo que abarca as diferentes acepções acerca da mais valia ao longo da história do pensamento econômico de até então, é o conceito de Excedente. Este é o conceito que organiza e serve de ponto de partida para o trabalho de HPE de Marx, sendo que, este último considerava tal conceito como

²¹ Diz-se algumas, pois, do ponto de vista analítico, a incompletude do trabalho de Marx devido a sua morte deixa o problema da transformação como um elo problemático que não foi capaz de superar por completo a teoria de Ricardo, principalmente no que se refere a determinação dos preços de produção. Parte do objetivo desta monografia é mostrar que a resolução dada por Sraffa a este problema cumpre o papel de fechar a superação já empreendida por Marx, preservando os seus principais resultados.

²² Aqui se refere, mais exatamente, a teoria da distribuição, que em Marx auxiliou na evidenciação do caráter transitório do capitalismo, para além da teoria do fetichismo, dado que as contradições em torno do conflito capital trabalho levaria esta determinada forma de organização produtiva a sucumbir.

a “descoberta” dos economistas clássicos, pois é a partir dele que os diferentes economistas políticos irão explicar a origem e o destino da riqueza ao longo da história do pensamento. Este mesmo conceito, assim como em Marx, também servirá de organizador e ponto de partida para o trabalho teórico de Sraffa, concluído em 1960 com o seu clássico *Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias*. É tendo o Excedente como princípio teórico unificador das diferentes formulações acerca do fenômeno da mais valia feitas na história da teoria, que Marx consegue apontar dois temas inerentes a qualquer formulação de Economia Política que tem o excedente como principal noção. Malta e Castelo (2012) os apresenta:

“a abordagem da origem e da distribuição da renda, do lucro, dos juros e dos salários em articulação com a questão do valor, bem como a concepção do processo de acumulação e com ela as noções da composição orgânica do capital e da produtividade” (MALTA & CASTELO, 2012, p.18).

Estes dois pontos constituem os elementos mais básicos, aos quais um teórico da Economia Política deve tecer explicações. Marx o fez ao longo dos três livros de *O Capital*, demonstrando o seu fazer teórico aliado ao seu próprio estudo de história da teoria. Neste sentido, a estrutura teórico-conceitual inerente ao texto de Marx está na linha do que já fora elaborado em seu tempo no campo científico da Economia Política. Ou seja, do ponto de vista da estrutura analítica-conceitual, Marx possui a mesma explicitação das condições de reprodução do sistema econômico dos economistas clássicos assentada na concepção de Excedente. Este conceito, designado por Marx intencionalmente de Mais Valia²³, é o seu principal elemento de continuidade analítica e que o faz realizar a história crítica do

²³ O autor da monografia entende que, o que o conceito de Mais Valia expressa é a forma que o excedente toma na produção capitalista. Marx descobre como o excedente, que é uma categoria histórica, é extraído nesse sistema produtivo. Sua origem é compreendida por Marx a partir do duplo caráter do trabalho, e do questionamento inerente a transferência do valor da mercadoria força de trabalho ao valor da mercadoria produzida em questão. Assim sendo, a origem da produção do excedente em valor se dá por um excesso de tempo de trabalho do trabalhador na jornada de trabalho, para além das condições materiais sociais médias de produção que definem o valor da força de trabalho.

pensamento econômico de seu tempo. As rupturas de Marx aos clássicos tem haver com o método, com o objetivo, com a visão de ciência, com o desenvolvimento teórico, e com a visão político ideológica.

Ao realizar a Introdução (1951) aos *Princípios de Economia Política e Tributação* (1821) de Ricardo, Sraffa apresenta para além dos problemas lógicos da teoria do valor e distribuição ricardiana, o seu corte analítico baseado no conceito de Excedente como fizera Marx em seu trabalho de HPE. Os dois itens levantados na citação de Malta e Castelo servem de ponto de partida da sistematização apresentada por Sraffa no que concerne aos temas fundamentais de uma teoria econômica, indicados na Introdução a obra de Ricardo. Assim como em Marx, estes são: Teoria do Valor e da Distribuição, Teoria do Produto²⁴, e Teoria da Acumulação. Esta sistematização é a própria visão de HPE sraffiana, cuja classificação não é feita se debruçando, unicamente, sobre as “escolas de pensamento”, mas sim, em relação aos temas inerentes a construção teórica da Economia Política, que por sua vez, é capaz de identificar a diferença entre as abordagens acerca de cada tema, tanto do ponto de vista teórico e analítico, quanto político e ideológico. Tal visão de HPE também permite identificar as conexões teóricas feitas a cada nível de análise. Portanto, do ponto de vista do método, Sraffa e Marx lançam mão de suas próprias leituras de HPE para a construção teórica em Economia Política Crítica.

É a articulação dos três níveis teóricos de análise, junto ao ponto de partida sraffiano que reestabelece uma teoria do valor independente da teoria da distribuição, cuja base do valor seja novamente objetiva (o tempo de trabalho abstrato socialmente necessário), que se abre caminho para a possibilidade de uma alternativa de Economia Política Crítica retornando

²⁴ Apesar de Marx não colocar a Teoria do Produto em separado como um dos principais temas abordados no *Teorias da Mais Valia*, esta está clara na sua formulação apresentada no livro II de *O Capital*. Como para Marx teoria e história da teoria estão interligadas, o destacamento de uma teoria do produto feita por Sraffa faz total sentido, visto que, para a investigação da acumulação uma teoria do produto se faz necessária antecipadamente.

a teoria de Marx, devido, sobretudo, ao restabelecimento sobre novas bases da teoria do valor trabalho, da teoria da distribuição, e da teoria do capital²⁵. Desta forma, é com base no entendimento de que uma das origens marxistas de Sraffa é o método de HPE de Marx, cujo fazer teórico está associado à leitura de HPE, que se consegue perceber a teoria de Sraffa como uma retomada da de Marx, para além da verificação da teoria desenvolvida pelo economista italiano.

²⁵ Esta última não será tratada neste trabalho, mas vale considerar que o autor possui em mente que a teoria do capital de Sraffa também reestabelece a da de Marx.

CAPÍTULO III - A QUESTÃO DA TEORIA DO VALOR TRABALHO

A concepção que os economistas fazem da palavra valor é capaz de engendrar debates históricos sobre as condições básicas que asseguram a existência do modo de produção capitalista. O valor, portanto, é uma das categorias essenciais da Economia Política, e também de sua crítica. No que se objetiva com esta monografia, a investigação da teoria do valor trabalho é de fundamental importância para o entendimento de como se deu o movimento de recuperação desta teoria empreendido por Sraffa, e sua relação teórica com a formulação de Marx. A perspectiva que norteia essa recuperação é a de que a teoria do valor trabalho, a partir de Sraffa, consegue explicar o movimento dos preços²⁶ relativos, tendo o trabalho abstrato socialmente necessário como base objetiva, e ao mesmo tempo, revela a dimensão social e histórica de uma relação de produção assentada sobre o valor. Isto posto, toma-se como ponto de partida nesta monografia a definição do valor-trabalho em Marx, junto a uma percepção compartilhada com economistas sraffianos de que, esta mesma definição supera e contribui, ao mesmo tempo, os desenvolvimentos feitos pelos Economistas Clássicos. Desta forma, entende-se que, a concepção de Marx acerca do valor, para além dos outros temas da Economia Política, é, conjuntamente, de ruptura e continuidade²⁷.

O debate acerca da relação entre a retomada da teoria do valor trabalho de Sraffa e a formulação de Marx está centrada na medida do valor. Ao recuperar a teoria do valor trabalho, o economista italiano resgatou, talvez, o ponto mais controverso desta teoria na formulação de Marx. Tal ponto é a função da teoria do valor trabalho compartilhado pelas formulações de Ricardo e Marx: a medida do valor. Mesmo que a questão da medida tivesse um tratamento diferente entre os dois economistas, a percepção do problema em que a medida

²⁶ O sentido de preço empregado aqui é aquele que é capaz de sustentar as condições de reprodução do capital. Trata-se do “preço natural” de Ricardo, e do “preço de produção” de Marx.

²⁷ Serrano (2009) faz a discussão do que viria a ser os elementos de continuidade e os de ruptura.

do valor em trabalho incorporado se articula junto a relação capital/trabalho parece residir na leitura de Sraffa do *Teorias da Mais Valia*, e na sua assimilação da teoria dos preços de produção de Marx.

No contexto de retomada da teoria do valor trabalho, o texto de Sraffa também apresenta uma solução do problema da transformação dos valores em preços de produção. Esta solução está necessariamente imbricada com o entendimento do italiano sobre o papel de medida do excedente que a teoria do valor trabalho cumpre em Marx, junto à demonstração de que “num sistema em que mercadorias são produzidas por meio de mercadorias, os preços relativos, os salários e os lucros são determinados, em última análise pelo tempo de trabalho que é gasto na produção dessas mercadorias” (SINGER, 1997, p.9). Dessa forma, pode ser dito que, de um modo geral, a completude do processo de reestabelecimento da teoria do valor e distribuição excedentária só é feita com a publicação do *Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias: Um Prelúdio a crítica a Teoria Econômica*, e por isso é a partir deste livro e da retomada da teoria do valor trabalho nele presente que se pode perceber, conjuntamente com o entendimento das origens marxistas do pensamento de Sraffa, a possibilidade de retorno a *Crítica a Economia Política* de Marx do ponto de vista teórico/analítico.

III.1 - A Medida do Valor

Em seu livro Sraffa consegue reestabelecer sobre novas bases analíticas a Economia Política, e sua crítica. Bases estas que solucionam o problema da teoria do valor trabalho, enquanto medida do valor, presente tanto na formulação de Ricardo, quanto na de Marx. Em resumo, tal problema reside na incapacidade de Ricardo em explicar o valor objetivamente independente da distribuição. Algo que fica evidente a partir da necessidade de Ricardo usar uma teoria do valor para medir o excedente de uma produção de mercadorias heterogêneas.

III.1.1 - O problema do valor em Ricardo

A mensuração do produto líquido, e do consumo necessário à produção²⁸, é a questão que mais gerou problema para os teóricos clássicos (Ricardo e Marx em especial). Tal problema reside na necessidade de se medir estas duas grandezas em termos de valor. A determinação da proporção entre o produto líquido e o consumo necessário (que em Ricardo é reduzido a salários), medidos em valor consiste na definição da taxa de lucro. No entanto, a determinação da taxa de lucro que permite a determinação dos preços das mercadorias necessita do conhecimento prévio dos preços das mercadorias que entram na produção de outras mercadorias. Nas palavras de Garegnani:

“...as duas magnitudes [o produto social e o consumo necessário] são dadas quando expressas em agregados físicos; serão dadas também quando expressas em magnitudes de valor? Se não for este o caso e se as magnitudes de valor forem dependentes da taxa de lucros, a determinação dos lucros como um excedente, (...), fica ameaçada por um raciocínio circular.”
(GAREGNANI, 1980, p.10)

A partir da necessidade de uma teoria do valor para determinar a taxa de lucro, uma medida do valor que fosse capaz de livrar a teoria econômica dessa circularidade se fazia necessária. Logo, a determinação da taxa de lucros, e sua respectiva relação com a formação do preço é, desta forma, a questão central.

²⁸ Na teoria de Ricardo o produto líquido consiste nos lucros agregados, dadas as suposições de terra livre, e adiantamento de salários. Estes últimos são os únicos elementos componentes do consumo necessário à produção. Além disso, as outras hipóteses adicionais são: ciclo anual de produção, e salários pagos adiantadamente.

A medida do valor apresentada por Smith, a quantidade de trabalho que cada mercadoria pode “comandar”²⁹, possui como problema a impossibilidade de se conhecer o produto social antes de se conhecer a taxa de lucros. Desta forma, a teoria excedentária que determina os lucros como resíduo, possui um raciocínio circular. A medida do valor de Smith contradiz-se a própria definição do autor sobre a formação do valor das mercadorias pelos rendimentos do capital (lucro), trabalho (salário), e renda da terra. Ou seja, aumentos de unidades salariais que medem o consumo necessário e aumentos do produto excedente, também medidos em unidades salariais, conduzem a uma determinação do valor sem limite. Deste modo, a determinação da taxa de lucros é impossível, visto que, a não definição do nível do produto social se deve ao fato deste variar com a medida do valor em trabalho comandado. Smith deu como “resolução” ao problema em que a sua medida do valor se encontrava, a determinação independente dos salários e da taxa de lucro. Ou seja, o movimento teórico de preservação de sua medida do valor, fez Smith não perceber que a determinação da taxa de lucro afeta a determinação dos preços e vice versa.

Com base no problema de Smith, na mudança da medida do valor (em tempo de trabalho incorporado), e na suposição de que as mercadorias seriam trocadas segundo o trabalho incorporado, Ricardo consegue dar conta de explicitar a relação entre a distribuição e o valor. É no “modelo do trigo” que o autor consegue determinar, sem a influência dos preços, a taxa de lucro. Isto é feito porque Ricardo considerou que todo capital é composto exclusivamente de salários adiantados aos trabalhadores, e ao mesmo tempo, tomou a hipótese de que na terra de pior qualidade não se paga renda. Desta forma, o economista inglês manteve a homogeneidade entre o insumo e o produto produzido, sendo ambos medidos em trigo. Ao determinar a taxa de lucro como uma relação entre o excedente físico e o capital composto de salários, o Ricardo dos *“Princípios de Economia Política e Tributação”* consegue determinar o preço natural (valor de troca) multiplicando a taxa de lucro pelo capital empregado, que é, por sua vez, determinado pelo número de horas de

²⁹

Isto significa que a medida do valor de Smith é em termos de unidade salarial.

trabalho incorporado multiplicado pelo salário real, sem a circularidade contida na versão Smithiana. No entanto, o economista inglês só consegue definir o valor (o preço natural) mantendo uma das duas condições: 1) homogeneidade entre insumo, produto e base de remuneração dos salários reais, ou 2) todas as mercadorias, inclusive a força de trabalho, medidas em trabalho incorporado. Como toda medida baseada em trabalho, a medida do valor de Ricardo varia com a distribuição, isto porque, a força de trabalho no capitalismo é uma mercadoria que também precisa ser produzida a partir de outras mercadorias. Com uma proporção distinta entre salários e lucros as trocas se realizam por quantidades distintas de trabalho, especialmente porque os coeficientes de trabalho direto e indireto na produção de cada mercadoria tendem a ser bem diferentes. Assim sendo, a medida do valor de Ricardo passa a necessitar de uma mercadoria cujo valor não se altere quando se altera a distribuição para servir de medida invariável do valor para das demais mercadorias.

Em Ricardo está suposto que o valor dos salários é dado pelas condições de subsistência social e é igual ao valor do consumo necessário. Logo, o respectivo excedente consiste, então, nos lucros e na renda da terra, mas na terra que não paga renda, o excedente é composto exclusivamente de lucro. No entanto, a hipótese de que o capital é composto exclusivamente de salários adiantados aos trabalhadores não permite a Ricardo perceber a implicação no preço de variadas composições entre trabalho direto e trabalho indireto (o que Marx chamará de composição orgânica) no total do trabalho incorporado em cada mercadoria.

O avanço de Marx em relação ao trabalho de Ricardo será, portanto, desenvolvido a partir da consideração do capital constante como elemento de composição do capital necessário para a produção do excedente, para além do trabalho adiantado (capital variável), como fizera Ricardo. Assim sendo, Marx evidencia que diante de mudanças na distribuição, a troca se daria com novas proporções de trabalho incorporado, devido o fato de a composição orgânica não ser a mesma em todos os setores. Ou seja, a composição orgânica passa a atuar na determinação da distribuição e conseqüentemente dos preços, pois não é igual em todos os

setores. Este desenvolvimento feito por Marx em sua teoria dos preços de produção foi fundamental para o desenvolvimento da obra de Sraffa.

III.1.2 - A teoria dos preços de produção de Marx

Além dos outros aportes a teoria do valor trabalho³⁰, Garegnani (1980) argumenta que para a conclusão apresentada no livro de 1960, a “solução” do problema do valor de Ricardo apresentada na teoria dos preços de produção de Marx foi fundamental, para a possibilidade da determinação da taxa de lucro média. Para isso, Garegnani destaca que é o conceito de capital constante o mais importante para o entendimento dessa “solução”, assim como a própria teoria dos preços de produção:

“...o avanço básico de Marx sobre Ricardo é a teoria dos preços de produção, isto é, sua tentativa de solucionar o problema de mensuração dos agregados (...) sob condições mais gerais do que aquelas sob as quais as mercadorias se trocariam de acordo com as quantidades de trabalho incorporado. Voltamo-nos agora para esta tentativa de solução, partindo de um segundo avanço de Marx com respeito a Ricardo: seu conceito de ‘capital constante’” (GAREGNANI, 1980, p.13).

No que diz respeito ao conceito de capital constante, é o esclarecimento feito por Marx de que “o capital que deve estar disponível ao início do ciclo anual de produção, deve incluir além dos salários avançados ou capital ‘variável’, também os meios de produção ou capital

³⁰ Estes outros aportes consistem: na diferenciação entre trabalho abstrato e trabalho concreto e sua relação com o duplo caráter do valor (a substância do valor); a forma do valor e sua relação com o fetichismo da mercadoria (essa questão foi mais bem explorada por Isaac Rubin em seu clássico *A Teoria Marxista do Valor*); a caracterização do valor enquanto uma categoria histórica, cuja relação mercantil estabeleceu a apresentação dos produtos do trabalho privado enquanto produtos do trabalho social. Esses outros elementos marcam a diferenciação das concepções acerca da teoria do valor trabalho de Marx em relação a Ricardo. No entanto, para a interpretação sraffiana da teoria do valor trabalho, que considera apenas a medida do valor como a única função desta mesma teoria, estes outros aportes não se relacionam com o fato da medida do valor em Marx ser o tempo de trabalho abstrato socialmente necessário. Portanto, para esta perspectiva, não se encontra nesses outros aportes feitos por Marx à teoria do valor trabalho a solução para a problemática inerente a dependência entre a medida do valor em tempo de trabalho e a distribuição do produto entre as classes.

‘constante’” (GAREGNANI, 1980, p.13) em relação à concepção equivocada de Ricardo de que “o capital pudesse se resolver inteiramente por meio dos salários avançados ao ano³¹” (GAREGNANI, 1980, p.13), que permite o entendimento de que a troca pelos preços de produção não se trata de uma troca de iguais quantidades de trabalho, mas pelo contrário, a regra de troca no capitalismo consiste numa troca de desiguais proporções de trabalho, devido as diferenças nas composições orgânicas. Estas nada mais são do que diferentes distribuições entre capital e trabalho, e estas diferenças conduzem a diferentes quantidades de mais valia. Os preços de produção de cada mercadoria são determinados pela soma de capital constante, capital variável e o lucro médio.

No entanto, para Marx, é a redistribuição do total de mais valia produzida com diferentes composições orgânicas que determina a taxa de lucro média, contida nos preços de produção. Ao se chegar a taxa de lucro média e aos preços de produção, verifica-se que a troca se dá por desiguais quantidades de trabalho devido a esta própria redistribuição da mais valia. Portanto, são as diferentes composições orgânicas que condicionam a realização das trocas pelos preços de produção, cuja desigualdade entre as quantidades de trabalho é captada. Marx parece, com a sua explicação, eliminar o efeito da distribuição sobre a medida do valor em tempo de trabalho abstrato. No entanto, falta investigar o que explica a redistribuição de mais valia entre os ramos de produção, haja visto a necessidade de determinação da taxa de lucro média que entra no cálculo dos preços de produção. No mais, diz-se que a relação do capital constante com a teoria do valor trabalho encontra-se na modificação da lei do valor, cuja troca passa a ser regulada pelo preço de produção, e não mais pela quantidade de trabalho incorporado assim como em Ricardo.

No entanto, a compreensão de que ao considerar o capital constante a troca passa a ser realizada pelos preços de produção, não elimina a substância do valor no trabalho abstrato

³¹ Garegnani aponta que este erro de Ricardo foi herdado de Smith.

socialmente necessário. A substância do valor contida no trabalho abstrato não é modificada, dado que, o capital ganha vida a partir do momento em que é constituída a propriedade privada, e a força de trabalho se torna mercadoria pela expropriação dos meios de produção das condições materiais da vida. Assim sendo, o trabalho abstrato produtor de mercadorias (e valor), inerente ao momento histórico capitalista em que o produto do trabalho adquire o seu caráter social pela relação mercantil estabelecida, também é produtor de capital constante, visto que, este se torna realidade pelo trabalho abstrato aplicado à produção dos meios de produção e dos instrumentos de trabalho. E o valor do capital constante também é medido pelo tempo de trabalho abstrato socialmente necessário.

Antes de nos adentrarmos na explanação de Marx do que explica a redistribuição da mais valia, vale acrescentar que a mudança empreendida pela teoria dos preços de produção com a introdução do conceito de capital constante, se relaciona com o entendimento de Marx de que o valor funciona como um regulador da distribuição do trabalho social entre os ramos de produção, no momento em que o capital constante surge. Como a explicitação de que a troca de mercadorias realizada pelos preços de produção se deve à redistribuição da mais valia global entre os ramos de produção³², o elemento que regularia a distribuição do capital entre os ramos de produção no capitalismo passa a ser o próprio preço de produção. A lei do valor, portanto, não mais desempenha o papel de regulador da distribuição do trabalho social num sistema propriamente dito capitalista (onde a troca é realizada pelos preços de produção). Papel que esta mesma lei desempenhava num sistema de trocas baseadas na igualdade de trabalhos contidos. O preço de produção passa a regular a distribuição do capital entre os ramos e conforme a relação deste com o trabalho (a composição orgânica) o mesmo passa a regular através do capital a distribuição de trabalho socialmente necessário a cada ramo de produção. Desta forma, ao considerar o capital constante para a determinação do preço de produção, a lei do valor não se faz mais necessária.

³² Esta interpretação tem a necessidade confrontar com a questão da manutenção da lei do valor em Marx. Este debate será feito mais a frente quando verificarmos a interpretação sraffiana da teoria do valor trabalho feita por Garegnani e Petri.

A redistribuição da mais valia é orientada pelas diferentes composições orgânicas presentes na produção de diferentes mercadorias. Logo, o avanço de Marx está imbricado com a relação entre a distribuição do capital constante e variável e a determinação do preço, revelando que a regra do capitalismo é a troca realizando-se aos preços de produção e que os mesmos se desviam dos valores devido à redistribuição da mais valia global. Garegnani explica o que provoca esta redistribuição:

“É, portanto, a tendência competitiva por uma taxa de lucros uniforme que impede que as mercadorias se troquem na proporção do trabalho incorporado (...). Mas então, acrescenta Marx, a divergência entre preços relativos e quantidades de trabalho incorporado, implica meramente numa redistribuição de mais valia da produção de cereal para a produção de aço³³, até atingir uma proporção uniforme para o capital total empregado” (GAREGNANI, 1980, p. 15).

No entanto, este novo ponto de vista teórico empreendido por Marx conduz a uma problemática relativa à determinação do preço das mercadorias que entrariam na produção de outras mercadorias. Este problema nada mais é do que senão a revisitação do problema de Ricardo³⁴. Haveria a necessidade de Marx apresentar a determinação dos preços de produção das mercadorias insumos à produção das mercadorias finais. Assim sendo, o dito “problema da transformação” passa a ser a “nova” dificuldade analítica para a determinação dos preços relativos e da taxa de lucro no âmbito da teoria do valor e distribuição excedentária. Garegnani sugere que, partindo da teoria dos preços de produção de Marx, Sraffa consegue resolver o dito problema, medindo os capitais constante e variável em preço de produção. Esta

³³ A referência à produção de aço e cereal no meio do trecho apresentado acima tem haver com um exemplo dado por Garegnani, onde a produção de aço possui uma geração menor de mais valia do que a produção de cereal, devido à diferença entre as respectivas composições orgânicas, mantendo a suposição de igual taxa de mais valia para ambos os setores. Como o setor de cereal emprega mais trabalho que o de aço, por ser mais intensivo em mão de obra, a tendência competitiva gera uma redistribuição da mais valia afim de determinar a taxa de lucro média que determinaria o preço de produção do cereal e do aço.

³⁴ Isto será explorado na seção seguinte.

solução relaciona-se com o desenvolvimento analítico da Mercadoria Padrão, que é capaz de medir o valor de forma independente da distribuição. Para Garegnani é a explicação de que a distribuição entre capital e trabalho (composição orgânica), e sua relação com a redistribuição da mais valia (feita, por sua vez, pela tendência competitiva), que determina a taxa de lucro média e por conseguinte, o preço de produção, que faz Sraffa desenvolver uma solução ao problema da transformação e que, ao mesmo tempo, caracteriza-se como um desenvolvimento vindo direto das concepções de Marx. A compreensão da relação entre a teoria dos preços de produção e a solução de Sraffa para o problema da transformação é tratada no tópico seguinte, e a chave para se assimilar tal relação é a determinação da taxa de lucro média, em conjunto com a noção da mercadoria padrão.

III.1.3 - O Problema da Transformação dos valores em preços de produção

Uma das mais famosas e polêmicas questões da teoria econômica de Marx é o conhecido problema da transformação dos valores em preços de produção. Esta questão ganha relevância devido às críticas feitas por Eugen von Böhm-Bawerk (1851 – 1914), que possui, ao fim e ao cabo, uma concepção errônea (ricardiana) da lei do valor em Marx. Outro ponto central, que faz com que esta questão tenha significado para o objetivo desta monografia é o fato de a teoria do valor trabalho poder servir de fundamento a uma teoria do preço.

O problema da transformação, como já indicado, consiste numa problemática inerente a mensuração do capital constante e variável em termos de valor no momento em que Marx explicitava a determinação do preço de produção. Ao definir os preços de produção de cada mercadoria como a soma entre capital constante, capital variável e lucro médio, sendo que, o último consiste numa parcela da mais valia total (determinada pela taxa de lucro média), Marx não realiza a mensuração dos capitais variável e constante (as mercadorias que entram na produção de outras mercadorias) em termos de preço de produção, mas sim em valor. Vejamos a equação apresentada por Marx:

$$P = (K + V) * (1 + r); \text{ onde:}$$

K = Capital Constante

V = Capital Variável

r = Taxa de Lucro Média.

A determinação da taxa de lucro média em Marx é dada pela relação do total da mais valia produzida dividida pelo total de capital constante e variável de toda a economia:

$$r = S / K + V$$

Tal relação é medida em termos de valor e compõe o cálculo dos preços de produção, dado que a taxa de lucro média compõe a equação do preço de produção. O fato de Marx determinar a taxa de lucro média, em termos de valor, antes dos preços de produção se configuraria numa resolução ao problema de Ricardo se não acarretasse no “problema da transformação”.

No entanto, seu objetivo era explicar o processo de redistribuição da mais valia global para a determinação dos preços de produção. Assim, o preço de produção se diferencia do valor devido as diferentes composições orgânicas de cada ramo de produção demandar distintas quantidades de trabalho abstrato socialmente necessário, mas principalmente, pela tendência competitiva que faz uniformizar as diferentes taxas de lucro em uma taxa de lucro média, que por sua vez, entraria no cálculo do preço de produção. Desta forma, Marx mostra que a troca se realiza pelos preços de produção, e que é a concorrência que faz operar a distribuição da mais valia total, conduzindo a diferenciação do preço em relação ao valor³⁵.

³⁵ Outro elemento importante na explicação de Marx, e reforçado pela interpretação de Isaac Rubin é o preço de produção funcionar como a variável reguladora da distribuição do capital entre os diferentes ramos, cujo sentido da concorrência entre os capitais seria o da uniformização da taxa de lucro. Ao regular a distribuição do

Esta diferenciação reside na relação de dependência entre a distribuição e a determinação do preço, sendo o cálculo da taxa de lucro em termos de valor antecedente ao cálculo dos preços de produção a “solução” empreendida por Marx ao problema do valor em Ricardo.

Esta “solução” de Marx conduziu ao entendimento de que a validade da lei do valor estaria mantida ao nível agregado, pois a soma dos preços é a mesma da dos valores³⁶, dado que, os lucros (determinados pela taxa de lucro média) de cada ramo de produção seriam resultado dessa distribuição da mais valia total. A manutenção da lei do valor ao nível agregado só pode ser argumentada supondo que toda a mais valia se transfigure em lucro do capitalista após o processo de redistribuição.

A visão sraffiana acerca dessa solução que “mantem a lei do valor” no agregado é a de que tal solução exclui a possibilidade de se possuir uma mais valia excedente após a transformação dos valores em preços de produção, para além do lucro capitalista. Para os sraffianos, o correto seria a geração de um excedente em valor maior que o total dos preços, visto que, essa mais valia excedente é a que constituiria o lucro comercial, e a remuneração da terra, sobre as respectivas formas de renda da terra³⁷. Assim sendo, a interpretação sraffiana não vê sentido numa solução que procura manter a lei do valor, sendo que para estes autores, Marx não concebe a lei do valor como elemento explicativo para a troca após a transformação dos valores em preços.

capital, pela via do preço de produção, o valor que regula a distribuição do trabalho abstrato seria regulado por intermédio da distribuição do capital.

³⁶ Para uma apreciação dessa abordagem ver o Teoria do Desenvolvimento Capitalista de Paul Sweezy, e seu capítulo referente ao problema da transformação.

³⁷ Para ver uma apreciação da inclusão dessa e de outras categorias de Marx após a determinação da taxa de lucro média em Sraffa e da parcela da mais valia destinada ao lucro capitalista ver Serrano (texto didático não publicado).

Ao determinar o preço de produção da forma que fez, sem medir os respectivos K e V em preço também, Marx deixa incompleta a sua suposta “solução” da problemática de Ricardo no que tange a medida do valor e a determinação dos preços das mercadorias. As equações-preço encontradas nos primeiros capítulos do livro de Sraffa possuem as mercadorias que servem como capital constante mensuradas em preço, assim como o capital variável é medido por um compósito de mercadorias bens-salários³⁸. Ao fazer isso, a determinação da taxa de lucro ocorre **simultaneamente** com a determinação dos preços relativos. Ao determinar os preços de produção dessa forma, Sraffa mostra que, como Marx, as mercadorias são trocadas pelos preços de produção, mas anula a necessidade de se determinar a taxa de lucro média (que equilibraria a distribuição da mais valia entre os ramos de produção, não gerando mais transferência de capital entre os ramos de produção) de maneira antecedente³⁹. Isto porque, duas equações-preço de duas mercadorias (a e b) com: 1) composições orgânicas distintas; 2) capital constante e variável medidos em preço de produção, e 3) uma mercadoria entrando na produção da outra como capital constante, e esta outra entrando na produção da primeira como capital variável, possuem apenas uma variável desconhecida. O preço relativo. As equações abaixo representam as equações-preço de Sraffa, onde a mercadoria a compõe o capital variável de sua própria produção, e que entra na produção de b . A mercadoria b entra como capital constante na sua própria produção e na da mercadoria a também. A mercadoria a é o capital variável e a mercadoria b o capital constante:

$$Pa = (KaPb + VaPa) (1 + r)$$

$$Pb = (KbPb + VbPa) (1 + r)$$

³⁸ Os salários (o preço do capital variável), supostos iguais ao valor da força de trabalho são exógenos, dados pelas condições materiais de “subsistência” histórico-socialmente determinadas.

³⁹ No entanto, a solução sraffiana não necessita dos valores para se alcançar os preços. Essa solução gerou um imenso debate acerca da validade da teoria do valor trabalho, como uma teoria que sirva de base para a determinação dos preços, gerando percalços inclusive na ideia apresentada por Marx de que a origem do lucro se encontra na geração de trabalho excedente por parte da classe trabalhadora no processo de produção. Isto se deve ao fato da solução sraffiana não necessitar de nenhuma transformação. Isto não significa, no entanto, que Sraffa não estava ciente da base em valor em que um preço está sujeito. Esta base é o tempo de trabalho abstrato socialmente necessário, conforme argumentado no capítulo 6 de sua obra, cujo o preço das mercadorias é determinado pelo método de redução a trabalho datado. Este debate será tratado na seção sobre a Interpretação Sraffiana da teoria do valor trabalho de Marx.

K_a = Capital constante aplicado na produção da mercadoria a .

V_a = Capital variável aplicado na produção da mercadoria a .

P_a = Preço de produção da mercadoria a .

K_b = Capital Constante aplicado na produção da mercadoria b .

V_b = Capital variável aplicado na produção da mercadoria b .

P_b = Preço de produção da mercadoria b .

A taxa de lucro passa a ser determinada simultaneamente aos preços de produção de cada mercadoria. A partir dessa conclusão, Garegnani explica que a “solução” de Marx não conseguiu livrar a teoria do valor trabalho (enquanto medida do valor) do problema da distribuição⁴⁰. Assim sendo, a redistribuição da mais valia entre os setores não é a explicação que consegue fechar a questão por que:

“...o tamanho da mais valia social muda em relação ao capital, à medida que ela é distribuída. Esta mais valia é um preço de produção (isto é, o do produto excedente, e não pode senão mudar em relação ao capital social, se os preços relativos divergem das correspondentes razões de trabalho incorporado; a taxa de lucros é um valor relativo do produto social em termos do capital social) e não pode ser igual à razão entre as quantidades de trabalho incorporado nos dois agregados [capital total e excedente total]⁴¹, a menos que as mercadorias, em geral, se troquem de acordo com o trabalho incorporado” (GAREGNANI, 1980, p.16).

⁴⁰ Isso não quer dizer que, para Sraffa o preço não seja determinado pelo tempo de trabalho abstrato socialmente necessário (o valor), mas sim, que a determinação do preço de produção não vem de uma transformação dos valores em preços de produção.

⁴¹ Colchetes inseridos pelo autor.

Desta maneira, o problema incorrido na “solução” de Marx mais uma vez se relaciona com a distribuição entre capital e trabalho. Resumidamente, quando os preços relativos divergem do valor (resultado que em Marx possuía o objetivo de mostrar que a troca se dava pelos preços de produção e que a explicação para esta divergência estaria na redistribuição da mais valia total orientada pelas diferentes proporções entre capital e trabalho e na tendência competitiva de igualar as taxas de lucro dos diferentes capitais aplicados em cada ramo de produção), a taxa de lucro diverge da taxa de mais valia também. É com esta observação importante de Garegnani, que se argumenta que é a mercadoria padrão o desenvolvimento teórico capaz de dar conta do problema que vem desde Ricardo. Além disso, também será argumentado, após a apreciação da formulação do conceito da Mercadoria Padrão, que a análise da redistribuição da mais valia feita por Marx como elemento da transformação é mantida, mas isto só é compreendido através da mercadoria padrão, e da teoria da distribuição de Sraffa. Estes pontos serão tratados na próxima seção

III.2 - A Teoria do Valor e Distribuição e a Mercadoria Padrão de Sraffa

Dentre algumas das interpretações da obra de 1960, a do resgate da Economia Política foi desenvolvida⁴² numa direção que não permitiu a identificação do “*Produção de mercadorias por meio de mercadorias*” como uma obra do campo marxista. Porém, a percepção das origens marxistas do pensamento de Piero Sraffa são capazes de conduzir a um novo entendimento sobre o significado desta recuperação. Concebendo o já perceptível movimento de HPE e a visão de mundo que guia Sraffa, pode-se buscar, tranquilamente, as relações que, do ponto de vista teórico, evidenciam a fonte de Sraffa em Marx. Este é o objetivo dessa parte da monografia. Pierangelo Garegnani, Ronald L. Meek e Maurice Dobb são alguns dos autores que possuíam a visão clara de que a obra de Sraffa se trata de um

⁴² As outras interpretações mais recorrentes e não equivocadas são as de que o livro de Sraffa possuía como objetivo a resolução do problema do valor, e a crítica a teoria marginalista do capital. Estas duas interpretações são complementares a do resgate a Economia Política, dado o objetivo desta monografia.

reestabelecimento da de Marx, principalmente no que concerne a teoria do valor, distribuição e capital.

Partindo-se da relação entre o problema da medida do valor, e a explicação de Marx para a razão dos desvios dos preços em relação aos valores, a obra de Sraffa realiza o movimento teórico de resgate da teoria do valor trabalho, reestabelecendo o elemento político da distribuição do excedente no capitalismo, junto a uma solução do problema analítico do valor. Sendo que, o que se elenca como importantes desenvolvimentos da teoria do valor trabalho feitos por Sraffa são: o conceito da Mercadoria Padrão como nova medida do valor; e a teoria da distribuição, cuja relação inversa entre lucros e salários para a determinação dos preços relativos da economia expressa a luta de classes acerca da apropriação do excedente⁴³. Destaca-se ainda que, de um modo geral, o trabalho de Sraffa “mostrou que uma teoria objetiva do valor é perfeitamente possível e se pode, a partir dela, construir uma visão coerente – embora complexa – do movimento dos grandes agregados econômicos e das leis que o regem” (SINGER, 1997, p.8). Desta maneira, reconhece-se que o livro de 1960 conclui o propósito posto pelo autor no final da década de 20 após o seu “ponto de virada”.

O conteúdo presente nas primeiras páginas do “*Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias*” consiste numa abstração que busca relacionar as diferenças ocasionadas nas relações de troca, expressadas pelos preços, entre uma produção autossuficiente e outra com geração de excedente. Num primeiro momento, vê-se que as relações de troca de ambas as produções são estabelecidas por coeficientes técnicos relativos à distribuição das mercadorias que compõem o processo de produção de cada mercadoria. Logo, na produção de subsistência, como as relações de troca são capazes de reestabelecer a distribuição original

⁴³ Neste ponto, vale indicar que, ao evidenciar que a distribuição do excedente se dá na esfera política, mesmo que de forma tão analítica, Sraffa reabre os caminhos da Economia Política enquanto uma ciência capaz de se ver livre das ilusões burguesas. Isto se dá sob uma perspectiva marxista, porque não nega a ciência econômica como Economia Política, e oferece os elementos auxiliares de análise do capitalismo a teoria marxista, se fazendo pautar pelo materialismo histórico e pela luta de classes.

das mercadorias sem a geração do excedente, os métodos de produção são os únicos determinantes das relações de troca. A partir do momento em que aparece o excedente, a distribuição do mesmo passa a ter como condição uma relação de disputa entre as classes. Tal disputa, por sua vez, passa a servir de base distribuição entre capital e trabalho e portanto para a determinação dos preços relativos. E isto é o que faz com que na produção excedentária os preços relativos sejam estabelecidos para além das condições técnicas, mas também pela luta de classes na apropriação do excedente.

Além disso, acrescenta-se que é a partir do momento em que a produção de subsistência é considerada como uma produção de vários produtos, é que se necessita de uma mercadoria que sirva de medida do valor. Seu preço é igualdo a 1 e os preços dos outros produtos é determinado diretamente pelas condições técnicas de produção de cada ramo produtor. Até este ponto, o que Sraffa realiza é a determinação dos preços relativos sem a exposição do excedente e da base objetiva que serve de medida para a variação dos valores.

O objetivo do capítulo II, em que o excedente é produzido para além da produção que repõe as condições iniciais, é o de explicitar a relação dos preços relativos com o surgimento do excedente⁴⁴. Tal relação é expressada pelo efeito sobre estes preços que a distribuição do excedente sob uma determinada taxa de lucro gera. Isto é captado tendo como parâmetro as relações de troca da produção de subsistência. No esquema analítico das equações-preço de cada indústria, Sraffa destaca que, ao se produzir tendo em vista a geração do excedente, do ponto de vista analítico, incorre-se na problemática ricardiana do valor. Indicando, apenas por este único ponto de vista, a solução da determinação dos preços relativos numa produção com excedente:

⁴⁴ Contudo, ressalta-se que a explicitação da origem do excedente não faz parte do objetivo deste capítulo, mas sim, do capítulo 6. Em tal parte Sraffa procura mostrar a substância do valor, e sua relação com a medida do valor.

“A dificuldade não pode ser superada com a separação do excedente antes que os preços sejam determinados, como se faz com a reposição de matérias-primas, bens de subsistência etc. Isto acontece porque o excedente (ou lucro) deve ser distribuído em proporção aos meios de produção (ou capital) adiantados em cada indústria, e tal proporção entre dois agregados de bens heterogêneos (em outras palavras, a taxa de lucro) não pode ser determinada antes que conheçamos os preços dos bens. Por outro lado, não podemos acatar a separação do excedente até que conheçamos os preços, porque, como veremos, os preços não podem ser determinados antes de se conhecer a taxa de lucro. O resultado é que a distribuição do excedente deve ser determinada através do mesmo mecanismo a ao mesmo tempo em que se determinam os preços das mercadorias” (SRAFFA, 1987, [1960], p.27).

Supondo que a taxa de lucro incidente nas várias indústrias seja a mesma, a determinação das relações de troca é agora, capaz de repor as mercadorias que servem como meios de produção e remunerar cada indústria com uma mesma taxa de lucro, a partir do excedente gerado pelas mesmas. O efeito sobre os preços relativos de uma produção com excedente é o seu aumento, visto que, a distribuição desse excedente aparece como rendimento do lado da demanda e custo do lado da oferta. Fica assim compreendida a elevação que o excedente gera aos preços. Contudo, vê-se que estes preços expressados pelas condições de reposição e remuneração, nada mais são do que senão, os preços de produção de Marx. O que Sraffa faz questão de ressaltar é que para se conseguir determinar logicamente os preços relativos e a taxa de lucro dada a existência do excedente, assim como pretendia Marx, se fazia incondicional, do ponto de vista analítico, a determinação dessas variáveis de maneira **simultânea**. Outro efeito acarretado com a produção do excedente é a possibilidade de geração de mercadorias de “luxo”. Ou seja, bens que não entram na produção de outros bens (Bens não básicos). Consequentemente, tal bem não afeta as relações de troca, dado que não se configura como meio de produção de outros bens. Assim sendo, Sraffa classifica os produtos como básicos e como não-básicos, destacando a possibilidade de haver produtos básicos que entram na produção de produtos não básicos. O critério para a classificação é a entrada direta ou indireta de umas mercadorias na produção de outras.

O passo seguinte de Sraffa é a substituição das quantidades de bens de subsistência pelas quantidades de trabalho empregado nas diferentes indústrias. Considerando apenas o trabalho abstrato, o autor completa suas equações-preço:

$$(AaPa + BaPb + \dots + KaPk) (1 + r) + Law = APa$$

$$(AbPa + BbPb + \dots + KbPk) (1 + r) + Lbw = BPb$$

.....

$$(AkPa + BkPb + \dots + KkPk) (1 + r) + Lkw = KPk$$

Onde:

Aa = Quantidade da mercadoria A empregada na produção de a.

Ba = Quantidade da mercadoria B empregada na produção de a.

K = Quantidade da mercadoria K empregada na produção da mercadoria a.

La = Quantidade de trabalho empregado diretamente na produção de a.

Ab = Quantidade da mercadoria A empregada na produção de b.

Bb = Quantidade da mercadoria B empregada na produção de b.

Kb = Quantidade da mercadoria K empregada na produção de b.

Lbw = Quantidade de trabalho empregado diretamente na produção de b.

Pa = Preço da mercadoria a.

Pb = Preço da mercadoria b.

w = taxa de salário.

r = taxa de lucro média.

De modo geral, as equações-preço representam as k mercadorias e os seus preços. O sistema de equações possui $k + 2$ incógnitas (o salário e a taxa de lucro). Para a solução do sistema se necessita de $k + 1$ incógnitas.

Cada equação representa a produção de uma mercadoria de uma dada indústria, em que mercadorias entram na produção de outras mercadorias. A quantidade de trabalho de cada ramo é multiplicada pelo salário (w). Ao adicionar o salário como incógnita a ser determinada junto dos preços relativos e da taxa de lucro, o autor necessita igualar o total líquido da produção de cada mercadoria (a renda nacional) a unidade, para evidenciar que o sistema passa a possuir uma incógnita a mais em relação ao número de equações-preço. Desta forma, colocando de maneira extremamente analítica, Sraffa destaca a necessidade externa de determinação do salário ou da taxa de lucro para a solução do sistema. Isto permite perceber que não é um elemento técnico inerente as condições tecnológicas da produção que explica e determina o quanto do excedente irá para o salário, e o quanto irá para o lucro, mas sim um elemento externo. Este, por sua vez, se trata da própria luta de classes. Ao fazer isso, o autor inicia o seu movimento de recuperação da teoria da distribuição de Marx, cujo feito foi para além de mostrar a relação inversa entre salário e lucro, como já posto por Ricardo, mas sim o de mostrar que são as condições sociais médias de produção as capazes de delimitar uma taxa máxima de lucro, tal que, esta mesma taxa determina o limite da disputa entre capitalistas e trabalhadores na absorção do excedente. A indústria que determina esta taxa é a mesma em que a proporção capital/trabalho é igual em todas as etapas de produção. A taxa de lucro desta indústria é a mesma taxa de lucro dada em valores das equações-preço de Marx, determinada anteriormente, que faz cessar a distribuição da mais valia entre os ramos de produção e é incidente no cálculo dos preços de produção. A evidência da base nos textos de Marx sobre a distribuição do excedente está no Apêndice D do “*Produção...*”, designado como “Referências à literatura”. Lá está escrito:

“A noção de uma taxa máxima de lucro, correspondente a um salário zero, foi sugerida por Marx diretamente, através de uma alusão incidental à possibilidade de uma queda da taxa de lucro “mesmo se os trabalhadores pudessem viver do ar”; mas, mais geralmente, devido a sua decidida rejeição à pretensão de Adam Smith, e de outros depois dele, segundo a qual o preço de toda a mercadoria se resolvia inteiramente (isto é, sem deixar resíduo algum de mercadoria) “seja imediata, seja ultimamente”, em salário, lucro e renda; pretensão que pressuponha necessariamente a existência de mercadorias “últimas”, produzidas por puro trabalho sem meios de produção, exceto terra, e que era, portanto, incompatível com um limite fixo à elevação na taxa de lucro.” (SRAFFA, 1997, [1960], p.120).

O capítulo III, intitulado proporções entre trabalho e os meios de produção, é a parte do texto de Sraffa que se relaciona com a explicação dada por Marx para os desvios dos preços de produção em relação aos valores. Como já explorado, são as diferentes composições orgânicas das indústrias que explicam tais desvios. Contudo, o objetivo do autor neste capítulo é apreender o efeito que uma variação no salário causa sobre a taxa de lucro, e os “preços das mercadorias individuais na suposição de que os métodos de produção permaneçam inalterados” (SRAFFA, 1997, [1960], p.33). Ou seja, Sraffa está interessado em observar a relação de causa e efeito entre a distribuição do excedente em salário e lucro (lado do rendimento) e os preços. A suposição de que os métodos de produção não se alteram é fundamental para perceber a relação de determinação da distribuição do produto líquido com os preços, pela via da distribuição entre capital e trabalho. Caso a suposição não seja feita se estaria analisando o efeito de uma mudança tecnológica sobre os preços relativos. É sob o objetivo deste capítulo, que o autor consegue oferecer a explicação do que **condiciona** os preços relativos, as condições técnicas de produção (nos termos de Marx, as composições orgânicas do capital), e o que, em última instância, **os afeta**, a distribuição da renda líquida entre salários e lucros. É partindo da análise do efeito das variações na distribuição do excedente sobre os preços que Sraffa consegue retomar a teoria dos preços de produção de Marx, inicialmente, mantendo a medida em quantidades de trabalho.

A investigação de Sraffa sobre a distribuição se orienta pela pergunta: “O que aconteceria, então, ao surgir a classe capitalista e o produto líquido da economia passar a ser compartilhado entre os trabalhadores e eles?” (MEEK, 1971, [1967], p.211). Para responder tal questão, o italiano usa como método a atribuição de diferentes valores que vão de 0 a 1 aos salários. O salário 1 significa que todo o produto líquido (excedente) destina-se a remuneração do trabalho, e não há capitalistas por conseguinte. O único custo para a produção é o salário. Com o total destinado aos salários, “os valores relativos das mercadorias são proporcionais a seus custos em trabalho, isto é, à quantidade de trabalho que foi usada, direta ou indiretamente, para produzi-lás” (SRAFFA, 1997, [1960] p.33). Esta é a forma pela qual o autor expõe a relação entre as mudanças na distribuição do excedente, e as alterações nos preços relativos. Mantendo a sua suposição inicial de não alteração dos métodos de produção, Sraffa atribui a “chave do movimento dos preços relativos que segue a uma variação no salário” a mesma da de Marx, a “desigualdade das proporções em que trabalho e os meios de produção são empregados nas distintas indústrias”. Neste sentido, pode-se dizer que, o que para Sraffa e Marx **fornece o sentido da variação** dos preços relativos, quando ocorre uma variação de salários ou lucros, são as condições técnicas de produção. Contudo, é a distribuição da renda líquida entre lucro e salário, que altera, em última instância os preços relativos, supondo a manutenção das condições técnicas de produção. A esfera pela qual a distribuição do excedente é determinada é a política. É a luta de classes na sua ótica econômica, onde a distribuição do excedente é estabelecida, que leva a possíveis alterações dos preços relativos, devidos os rendimentos dados pela distribuição do excedente.

Se o movimento dos preços depende da proporção de emprego dos meios de produção e de trabalho, e supondo preços fixos e uma redução salarial (o que, consequentemente, faz surgir uma taxa de lucro que remunera os meios de produção), Sraffa diz:

“Visto que, em qualquer indústria, a poupança derivada da redução salarial dependeria do número de homens empregados, enquanto que o necessário para pagar lucros a uma taxa uniforme dependeria do valor total dos meios de produção utilizados, as indústrias com uma proporção suficientemente baixa de trabalho em relação aos meios de produção teriam um

déficit, enquanto que as indústrias com uma proporção suficientemente alta teriam um excedente sobre seus pagamentos por salários e lucros” (SRAFFA, 1997, [1960], p.34).

Assim sendo, indústrias com relação capital/trabalho baixa possuem um excedente para além do pagamento “médio” em salários e lucros. Ou seja, em indústrias cujo emprego de trabalho é proporcionalmente maior, ocorre a geração de excedente capaz de remunerar os meios de produção e o capital variável, para além das condições médias de remuneração. Uma remuneração de salário e lucro abaixo dessa “média” é ocorrida nas indústrias com uma relação capital/trabalho maior. Tais remunerações que possuem como condicionantes as diferentes proporções capital/trabalho, são as que determinam os preços das mercadorias de cada indústria. Até este ponto, Sraffa aponta a relação da distribuição pela estrutura da oferta (relação capital/trabalho) com a remuneração dos capitais constante e variável. São as diferentes composições orgânicas que possibilitam a geração de um superávit ou déficit de excedente (salário ou lucro) em relação ao excedente dada pela composição orgânica média, não havendo um parâmetro técnico que defina o quanto do excedente irá para o salário e o quanto irá para o lucro. O que chama atenção é a total convergência com a teoria de Marx acerca dos desvios dos preços em relação aos valores. Para o alemão os ramos de produção com maior emprego de trabalho produzem uma maior quantidade de mais valia capaz de remunerar os capitais constantes para além do valor. Isto é alcançado graças ao preço maior que o valor. Daí, portanto, a necessidade de se redistribuir a mais valia para que os preços de produção estabelecidos remunerem os meios de produção com a mesma taxa de lucro: a taxa de lucro média. Tais preços são os que fariam a distribuição da mais valia cessar entre os ramos de produção, cujos capitais em concorrência por uma maior remuneração atingiriam todos, a mesma proporção de excedente em relação aos meios de produção. O que Sraffa explica a seguir é justamente o processo de redistribuição dessa mais valia ocasionado pela redução do salário:

“...com uma redução salarial seriam necessárias variações nos preços para restabelecer o equilíbrio em cada uma das indústrias com “déficit” e em cada uma das indústrias com “excedente”.

Para alcançar este objetivo espera-se que, em primeiro lugar, entre em jogo a relação de preços entre cada produto e seus meios de produção. Consideremos a situação de uma indústria com “déficit”, quando o salário é reduzido. Uma elevação no preço do produto em relação aos meios de produção ajudaria a eliminar o “déficit”, visto que liberaria uma parte da cota do produto bruto da indústria que estava sendo destruída para financiar a reposição dos meios de produção agora mais baratos; e assim se incrementaria a quantidade disponível para ser distribuída como salários ou lucros. A alta do preço levaria, por si mesma, a um incremento na magnitude (e não simplesmente no valor) daquela parte do produto da indústria que fica disponível para ser distribuída, apesar do fato de os métodos de produção terem permanecido invariáveis.

Outro efeito da elevação do preço do produto em relação aos meios de produção consistiria, naturalmente, em ajudar a que uma dada quantidade do produto tenda a alcançar a taxa de lucro requerida”. (SRAFFA, 1997, [1960], p.35)

Nas palavras do comunista italiano se encontra todo o referencial de explicação da variação dos preços em relação aos valores, assentada na redistribuição da mais valia a fim de alcançar a taxa de lucro média. Porém, Sraffa vai além e mostra como a partir dessa conclusão se pode alcançar um resultado importante, no sentido de se ter uma maior dimensão de todo o processo produtivo:

“Não se conclui disto, entretanto, que o preço do produto de uma indústria com uma baixa proporção entre trabalho e meios de produção (e, por conseguinte, com um déficit potencial) se elevaria necessariamente, com uma redução salarial, em relação a seus próprios meios de produção. Pelo contrário, é possível que desça. A razão desta contradição aparente é que os meios de produção de uma indústria são, em si mesmos, produto de uma ou mais indústrias, que podem empregar, por sua vez, uma proporção ainda mais baixa entre trabalho e meios de produção (e o mesmo pode ocorrer com estes últimos meios de produção, e assim sucessivamente); em tal caso, o preço do produto, embora produzido por uma indústria com “déficit”, poderia baixar em termos de seus meios de produção, e seu déficit teria que ser coberto mediante uma elevação particularmente forte em relação ao trabalho” (SRAFFA, 1997, [1960], p.35)

Com esta contribuição Sraffa ressalta um importante aspecto da teoria marxista dos preços de produção. Aspecto este que se trata de uma consequência da explicação empreendida por Marx e acompanhada por Sraffa (penúltima transcrição), mas que também, tem a ver diretamente com o problema de não se determinar os preços dos meios de produção (o problema da transformação). A partir do momento em que se verifica as relações capital/trabalho (ou composições orgânicas) em cada indústria inserida em cada etapa da produção de uma determinada mercadoria, vê-se que tais relações são diferentes, devida a tecnologia utilizada, e assim sendo, é a combinação dessas diferentes composições orgânicas que dão o resultado acerca do sentido da variação do preço e da taxa de lucro ao se realizar uma variação do salário. Apesar de se ter a relação inversa entre a taxa de lucro e os salários, são as composições orgânicas (as condições técnicas de produção), as determinantes do sentido do movimento do preço que reestabeleceria a distribuição do excedente para todos os ramos produtivos a mesma taxa.

Ao introduzir as composições orgânicas das indústrias produtoras de mercadorias que entram na produção de outras indústrias, a relação de preço entre elas fica como questão. Ao trazer este elemento fundamental, Sraffa nos ajuda a pensar que uma solução do problema da transformação que reestabeleça a teoria dos preços de produção de Marx, passa necessariamente por uma solução do problema da medida do valor, haja visto, a relação da composição orgânica com a medida do valor. Isto porque, o autor consegue trazer, a partir da explicação de Marx acerca do movimento de concorrência no reestabelecimento das condições de produção através de mudanças nos preços relativos e da taxa de lucro média quando há variação no salário, o elemento da relação de troca das mercadorias que entram na produção de outras mercadorias (o preço dos meios de produção). Isto é feito mantendo-se a ideia de que existem indústrias “deficitárias” e “superavitárias” em relação a um determinado nível “médio” de distribuição do excedente que possui uma taxa de lucro igual para todos os setores da produção. Taxa de lucro esta, que promove igual rendimento dos capitais, cessa o processo concorrencial, e entra no cálculo dos preços de produção das mercadorias que entram na produção das demais. A necessidade de uma mercadoria produzida por uma

indústria que reflita as condições de produção, cuja taxa de lucro seja a taxa de lucro média, ou seja, aquela taxa capaz de cessar a distribuição da mais valia e reestabelecer os “preços de equilíbrio”⁴⁵, surge como medida do valor possível a partir do momento em que as composições orgânicas das indústrias que compõem essa mercadoria obedecem a uma relação uniforme. Desta forma, esta mercadoria deverá possuir em todas as indústrias de composição, as condições distributivas que fazem com que uma alteração do salário, e do lucro consequentemente, seja compensada, de modo que, o valor e o preço desta mercadoria sejam sempre iguais. Uma indústria onde variações na distribuição do excedente não altere o preço de sua mercadoria porque suas composições orgânicas se compensam. Esta é a propriedade da Mercadoria Padrão. Nas palavras de Sraffa, o que esta mercadoria faz é “manter seu preço estável em relação a seus meios de produção, qualquer que seja a amplitude, longa ou curta, da variação salarial” (SRAFFA, 1997, [1960], p.36).

O fato de Sraffa trazer a condição distributiva que permite a identificação do movimento dos preços para as mercadorias que entram no processo de produção de outras mercadorias, o permite oferecer com esta “mercadoria padrão” uma solução ao problema das mercadorias que entram como capital constante e variável nas equações-preço de Marx estarem medidas em valor. Com isso, o autor oferece uma solução ao problema da transformação que é ao mesmo tempo uma solução ao problema da medida do valor. A solução se caracterizaria pela “condição equilibradora” que a indústria de “proporção crítica” permite em termos de emprego de iguais proporções entre trabalho e meios de produção. Sraffa descreve a propriedade de servir de medida invariável do valor da “mercadoria padrão”:

⁴⁵ A palavra equilíbrio é usada aqui num sentido puramente didático. O tal “preço de equilíbrio” é aquele em que estabeleceria uma distribuição do capital e da mais valia global de modo a não mais permitir troca entre os produtos e o capital.

“A mercadoria produzida por tal indústria não experimentaria a necessidade resultante das condições de produção da própria indústria, de aumentar ou diminuir em valor com relação a qualquer outra mercadoria quando os salários se elevassem ou descessem; porque, como vimos, tal necessidade apenas pode derivar-se de um déficit ou de um excedente potencial, e uma indústria que opere nas condições descritas estará ipso facto em equilíbrio. Uma mercadoria deste tipo seria incapaz, em qualquer caso, de variar em valor com relação ao total de seus próprios meios de produção, visto que a recorrência da mesma “proporção” se aplicaria igualmente a estes” (SRAFFA, 1997, [1960], p.37).

E apresenta as duas condições “para alcançar este resultado”: “1) que se utilize a proporção equilibradora e 2) que a mesma proporção *se repita* sem limite nos sucessivos estratos dos meios de produção totais da indústria”. (SRAFFA, 1997, [1960], p. 37).

Sraffa conclui o capítulo III, com uma das mais evidentes explicitações de sua relação com a teoria de Marx, principalmente no que se refere à distribuição. A taxa de lucro da indústria de “proporção crítica” recorrente em todos os segmentos da produção seria a taxa de lucro média que na teoria dos preços de produção de Marx exerceria o papel de paralisar a distribuição da mais valia e dos capitais entre os setores da produção. Os conseguintes preços de produção de cada mercadoria seriam desviados de seus respectivos valores, devido as diferentes proporções entre capital e trabalho empregados. Contudo, Sraffa aponta a condição necessária para que esta taxa de lucro média incida sobre todos os ramos de produção, de maneira a se determinar os preços de produção “equilibradores” do sistema:

“Enquanto a taxa de lucro é uniforme em todas as indústrias e depende apenas do salário, a razão-valor entre o produto líquido e os meios de produção é, em geral, diferente em cada indústria e depende principalmente de suas circunstâncias particulares de produção.

Quando fazemos o salário igualar a zero e a totalidade do produto líquido ir para os lucros, a razão-valor entre o produto líquido e os meios de produção em cada indústria

coincidem necessariamente com a taxa geral de lucro. Por mais diferente que possam ser entre si a outros níveis de salários, neste nível as ‘razões-valor’ de todas as indústrias são iguais.

Daqui se conclui que a única ‘razão-valor’ que pode não variar ante mudanças no salário, e que é, portanto, capaz de ser ‘recorrente’ [...], é aquela que é igual à taxa de lucro que corresponde ao salário zero. E essa é a razão ‘equilibradora’”. (SRAFFA, 1997, [1960], p.37).

É a partir dessa conclusão que se pode compreender o que Sraffa disse no Apêndice D de sua obra em relação à teoria de Marx ter-lhe proporcionado a descoberta do limite máximo de expansão da taxa de lucro. A taxa de lucro média de Marx que estabelece as “condições de equilíbrio” dos capitais entre os ramos de produção através dos preços de produção é a que Sraffa destaca como sendo a que permite a total apropriação do excedente pela classe capitalista. Ou seja, o salário de todos os trabalhadores sendo iguais aos respectivos valores das forças de trabalho é a condição necessária para o “equilíbrio” do sistema capitalista. Desta maneira, fica evidente o conflito-capital trabalho na apropriação do excedente, e seu consequente efeito sobre os preços. Qualquer variação dos salários no sentido de serem maiores do que os seus respectivos valores altera as condições técnicas de produção de modo que os preços relativos e a taxa de lucro se movem, sendo a última necessariamente menor. Isto conduz uma nova distribuição do capital e do trabalho entre os diferentes ramos de produção (indústrias nas palavras de Sraffa). Assim sendo, fica evidente a relação entre a taxa de lucro média de Marx, e a taxa de lucro máxima de Sraffa (esta dada pela indústria produtora da “mercadoria padrão”). Meek é o autor que explicita essa convergência, revelando uma conclusão fundamental para a teoria do valor trabalho de Marx, mantida por Sraffa e percebida pela relação entre a taxa de lucro média do autor alemão com a taxa de lucro máxima do autor italiano. Tal conclusão é a de que, em última instância, os “preços de equilíbrio”, mesmo no capitalismo, são determinados pelas quantidades de trabalho empregados na produção:

“Mas, até mesmo na economia capitalista, prossegue o argumento, pode-se demonstrar que os preços de equilíbrio são ‘indireta’ e ‘finalmente’ determinados por certas razões cruciais dos volumes totais de trabalho incorporados à mercadoria, aplicáveis a toda a economia. Isso porque os desvios das razões de preços das razões da mão-de-obra incorporada, dadas as proporções em que ela e os meios de produção se combinam em cada em cada indústria, dependem do nível da taxa média de lucro. Esta, por sua vez, depende das razões cruciais dos volumes de trabalho incorporados ao produto, a que nos referimos acima. Destarte, se puder ser realmente demonstrado que a taxa média de lucro é determinada pelas razões de trabalho incorporado, podemos concluir logicamente que os próprios desvios das razões de equilíbrio dos preços, das razões de trabalho, são em si mesmos determinados pelos ‘volumes de trabalho incorporado’” (MEEK, 1971, [1967], p. 227).

Ao indicar que, no “agregado”, a taxa de lucro média expressa a quantidade de trabalho excedente em relação ao empregado nos meios de produção, Meek evidencia a relação importantíssima da formulação da teoria do valor trabalho de Marx, que essencialmente traz a baila a substância do valor no trabalho abstrato socialmente necessário, junto a explicação compartilhada por Sraffa e Marx acerca da distribuição do excedente e de sua respectiva relação com o movimento dos preços relativos:

“A similaridade entre essa relação marxista e a expressa na $r = R(1 - w)$ de Sraffa é realmente impressionante. Isso porque, em primeiro lugar, vale notar que o R de Sraffa, embora usualmente expressado como razão entre o valor do produto líquido da indústria ‘padrão’ e o valor dos seus meios de produção, é, de fato, igual a razão entre o trabalho incorporado no produto líquido da indústria ‘padrão’ e o trabalho incorporado nos seus meios de produção. Em outras palavras, Sraffa postula exatamente a mesma relação entre a taxa média de lucro e as condições de produção da indústria ‘padrão’ que Marx imaginou entre a taxa de lucro e as condições de produção da indústria de ‘composição média do capital’. Ambos os economistas procuraram demonstrar, realmente, que (quando se conhecem os salários) a taxa média de lucro e, por conseguinte, o modo como as razões de preço se desviam das entre trabalho direto e indireto na indústria cujas condições de produção representam uma espécie de ‘média’ daquelas que prevalecem em toda a economia. O resultado, no entanto, somente poderia ser provisório e aproximado porquanto, ao atingi-lo, ele havia abstraído o efeito que a alteração nos salários exerceria sobre os preços dos meios de produção

empregados na indústria. Sraffa demonstrou que podemos conseguir idêntico resultado, sem ignorar absolutamente tal efeito, se usarmos a indústria ‘padrão’ em lugar da indústria de ‘composição orgânica média’ imaginada por Marx. A indústria ‘padrão’ de Sraffa, encarada desse ponto de vista, constitui essencialmente uma tentativa para definir as ‘ condições médias de produção’ de modo que a alcançar os mesmos resultados visados por Marx” (MEEK, 1971, [1967], p.229).

Os argumentos apresentados por Meek colocam a mercadoria padrão com um desenvolvimento direto das concepções da teoria dos preços de produção de Marx, sendo que, no mais, destaca a convergência entre as teorias da distribuição de Marx e Sraffa, considerando a relação entre a substância do valor e a determinação dos “preços de equilíbrio”. Este ponto, nos revela, de maneira essencial, a retomada da teoria do valor trabalho de Marx enquanto uma teoria que serve para a determinação das relações de troca assentadas no valor, quanto ao entendimento do elemento essencial que compõe o valor. O trabalho abstrato socialmente necessário, sob o argumento empreendido por Meek, ganha na contribuição de Sraffa que ao resolver o problema da transformação, o fundamento explicativo último do valor. Assim como era estabelecido por Marx. Conclui-se, até este momento, que a retomada da teoria do valor trabalho em Sraffa, é capaz de resolver o problema da medida do valor (presente em Ricardo), o problema da transformação (presente em Marx), evidenciando o trabalho abstrato socialmente necessário como a substância do valor e, ao mesmo tempo, mostrando a possibilidade de determinação dos preços relativos e da taxa de lucro de maneira objetiva, tendo o valor trabalho como base. Além disso, também se conclui acerca da já explorada, relação entre as teorias da distribuição de Sraffa e de Marx.

CONCLUSÃO

Com esta monografia, procurou-se levantar a possibilidade da retomada da Crítica da Economia Política de Marx, do seu ponto de vista teórico-analítico, a partir das origens marxistas do pensamento de Piero Sraffa. A produção deste economista se concentrou na formulação de uma leitura crítica de história do pensamento econômico e de uma elaboração teórica acerca do valor e da distribuição. Ambas as coisas resgatam a teoria do valor e da distribuição dos economistas clássicos e de Marx, junto à própria estrutura analítica de entendimento do funcionamento do sistema capitalista destes economistas. Assim sendo, Sraffa resgata a Economia Política e a sua crítica, argumentando essencialmente a superioridade analítica das formulações dos economistas que buscavam no conceito de Excedente o eixo central de explicação do funcionamento da economia (Smith, Ricardo e Marx). No entanto, a investigação das origens marxistas do pensamento de Sraffa nos permite colocar como questão o sentido deste resgate como sendo necessariamente um resgate da teoria do valor e da distribuição de Marx. Para esta afirmação se fazer valer, viu-se que as origens marxistas de Sraffa permitem identificar um processo vivido pelo autor, de reorientação de seu pensamento no sentido de resgatar a Economia Política e sua crítica. Isto se deveu fundamentalmente ao seu contato, do ponto de vista teórico, com o marxismo, e com o comunismo no que tange à perspectiva política e filosófica da realidade. Desta forma, a assimilação das ideias de Sraffa deve patentear-se pela compreensão da relação entre suas próprias concepções e a do economista político crítico que lhe serviu de base. Este foi Marx.

Partindo-se do entendimento de que não é possível separar as formulações teóricas de explicação de uma realidade material e uma visão de mundo filosófica subjacente ao respectivo formular, procurou-se num primeiro momento compreender o que viria a ser a visão de mundo de Sraffa. Ao se debruçar sobre a vida do italiano, identifica-se que a consolidação de uma visão de mundo comunista na juventude é formada a partir das vivências históricas da Primeira Guerra Mundial, da Revolução Russa e das lutas operárias vividas na Itália de seu tempo. É no intuito de se tornar ativo no movimento revolucionário que faz com que Sraffa entre em contato com as ideias socialistas e com Antonio Gramsci. Este, por sua

vez, se torna seu amigo e exerce grande influência nas concepções do jovem italiano. Tais influências estão para além das questões políticas ou filosóficas (que consolidaram a visão de mundo comunista), e se encontram no interesse de Sraffa nas questões teóricas que estão relacionadas com a vida dos trabalhadores. Lembrando que o próprio autor já se encontrava, a esta altura, em contato com a Economia Política na Faculdade de Direito. O envolvimento de Sraffa com o comunismo fica evidente a partir de sua associação ao Partido Comunista Italiano (PCI) e nas organizações deste.

Junto ao contexto de ser um recém-chegado a Universidade de Cambridge, tendo como missão a apresentação aos estudantes daquela instituição um curso avançado de teoria do valor, Sraffa opta por organizar seu estudo e seu respectivo curso por uma abordagem histórica em relação ao tratamento da categoria valor. No entanto, a sua formação marginalista o impregnava numa certa perspectiva em relação à evolução do conceito de valor. Para a leitura de HPE vinda da tradição marshalliana com a qual Sraffa foi formado, haveria uma continuidade entre Ricardo e Marshall, cuja argumentação a favor desta continuidade se concentrava num entendimento de que as proposições de Marshall “solucionariam” alguns “problemas” do tratamento teórico de Ricardo. Na tentativa de identificar a relação de continuidade entre as duas teorias no que tange ao valor, Sraffa se dá conta da profunda mudança realizada por Marshall, no que diz respeito a tentativa de retirar do conceito de valor o aspecto filosófico. Para a compreensão do jovem professor a teoria de Marshall foi infeliz nessa tentativa e representou uma verdadeira “quebra de votos” a tradição anterior. Assim sendo, Sraffa coloca como questão a necessidade de se recuperar uma teoria objetiva do valor em condições de concorrência e independente da distribuição. O que há de mais importante para o objetivo desta monografia no que diz respeito a esta inflexão, é perceber que foi tomando o *Teorias da Mais Valia* (o estudo crítico da história das teorias de Marx) como base para a construção de seu curso, que Sraffa compreendeu o significado, do ponto de vista analítico-teórico, da ruptura marginalista. Além disso, a leitura do livro de Marx o ajudou na edição das Obras Completas de Ricardo e na formulação de sua própria leitura de HPE, que nada mais é do que senão, em resumo, a eleição do conceito de Excedente Econômico como organizador das diferentes teorias ao longo do tempo. Seguindo o

argumento de Marx acerca da diferenciação entre economistas vulgares e científicos, Sraffa aponta que a organização de uma teoria econômica deve pautar-se por formulações a respeito da teoria do valor e distribuição, teoria do produto e teoria da acumulação.

Já no que diz respeito à contribuição teórica de Sraffa, a relação entre esta e as concepções de Marx devem ser buscadas junto a economistas que se dedicaram a este tema e usufruíram da convivência do próprio autor de *Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias*. Pierangelo Garegnani (1989) argumenta que o livro de 1960 traz uma solução do problema da transformação e permite resgatar uma teoria do valor objetiva. Isto deixa como questão a teoria do valor trabalho, e o seu respectivo papel de servir de base para a determinação dos valores de troca. Neste sentido, a necessidade de uma medida invariável do valor reaparece e deve ser enfrentada, segundo a argumentação de Garegnani, recuperando a problemática em Ricardo e a “quase solução” de Marx com a sua teoria dos preços de produção. Essa compreensão do economista sraffiano permite identificar a teoria de Sraffa como sendo desenvolvida diretamente dos apontamentos deixados por Marx. Para Garegnani (1989), o problema da medida do valor (o papel dessa medida seria a de determinar a taxa de lucro e os preços relativos), reaparece na teoria dos preços de produção como o problema da transformação, pois ao explicar a diferenciação dos preços em relação aos valores e a determinação da taxa de lucro Marx não considera a determinação dos preços de produção das mercadorias que entram como meios de produção de outras mercadorias, e sua “solução” estaria comprometida devido a taxa de lucro de Marx também variar com a diferenciação dos preços de produção em relação aos valores. É neste ponto que o trabalho de Sraffa complementaria a formulação de Marx, pois seria capaz de determinar a taxa de lucro e os preços relativos, simultaneamente, de todos os ramos de produção, possuindo uma medida do valor em mercadoria padrão. Para o tratamento sraffiano da questão, a recuperação da explicação teórica de Marx acerca do que determina os preços de produção passaria necessariamente por uma alteração do entendimento da lei do valor e da medida do valor. Desta forma a captação do Excedente máximo (a mais valia) se daria em torno das condições sociais médias de reprodução das mercadorias; os preços relativos seriam explicados pelas condições tecnológicas (relação entre K/L), cuja distribuição do excedente, em forma de

rendimento, entre salários e lucros seria dada pela luta de classes e possuiria uma relação inversa. Estes elementos são centrais na teoria do valor e distribuição de Marx, e são mantidos por Sraffa através de uma nova medida do valor que soluciona a questão do problema da transformação. Assim sendo, o economista italiano permite retomar Marx do ponto de vista analítico e teórico.

Ao fazer isso, suas conclusões recolocam a questão da teoria do valor trabalho como uma teoria objetiva, capaz de determinar os preços relativos e a taxa de lucro. No entanto, há críticas por parte dos marxistas mais tradicionais no que se refere a mudança na medida do valor. Para estes autores uma alteração da medida do valor acarretaria em perdas, ou até mesmo, numa completa contradição com a formulação da teoria do valor trabalho de Marx. Apesar disso não ter sido discutido na monografia, a interpretação da teoria do valor trabalho dialoga indiretamente com o objetivo aqui trabalhado, pois no momento em que se recupera as origens marxistas do pensamento de Sraffa o debate entre as duas correntes de pensamento (marxistas e sraffianos) em torno da interpretação da teoria do valor trabalho ganha uma apreensão mais positiva da relação teórica entre ambos os autores. Portanto, vale alguns apontamentos simples, que não são capazes e nem possuem a intenção de dar uma resolução a esta controvérsia tão complexa e importante.

Partindo-se dos termos trabalhados por Marx no capítulo 1 de O Capital, o valor da mercadoria possuiria substância, medida e forma. O entendimento de Sraffa de que a substância do valor constitui-se de trabalho abstrato socialmente necessário pode ser retirado diretamente do capítulo 6 de seu livro, cujo objetivo é realizar a redução a trabalho datado das mercadorias que entram na produção de outras mercadorias como capital. Desta forma, apesar de se medir o excedente em mercadoria padrão, Sraffa compreende que o que constitui uma mercadoria é o trabalho abstrato, indo de encontro a Marx. Até mesmo a mercadoria capital. Portanto, uma relação entre a medida do valor e a substância é verificada em sua obra. Porém, a necessidade de se alterar a medida só aparece devido a um problema estritamente analítico: a necessidade de determinação dos preços de produção e da taxa de lucro de modo

simultâneo. E isto não possui relação nenhuma com um possível não entendimento da substância do valor no trabalho humano abstrato. No mais, pode-se perceber que não há nenhuma fonte na obra de Sraffa que trate da relação da substância com a forma do valor. Isto se deve, fundamentalmente, ao objeto do autor, com o qual esta questão não possuía relação direta com o problema em tela. No entanto, isto não nega a possibilidade de se aglutinar essa relação à interpretação sraffiana, a partir do entendimento da relação entre a teoria do valor e a do fetichismo da mercadoria. Pois é a partir desse último conceito, tão central na obra de Marx, que se consegue apreender a relação entre a substância e a forma do valor. Apesar disso não se relacionar com o objetivo e a questão tratada por Sraffa, não significa que sua teoria seja “fetichizada”, ou até mesmo que não compreenda a “origem do lucro”. É justamente o fato do problema da medida do valor tratado por Sraffa não possuir relação com a teoria do fetichismo que o permite não abordar a relação entre a forma do valor e a substância do valor. Este entendimento das coisas conduz a revelação, por parte da interpretação sraffiana, de uma importante questão para o tratamento mais ortodoxo da teoria do valor trabalho pelos marxistas. Ao possuir a relação entre substância e medida, - poder ter relação entre a forma e a substância -, mas não possuir entre a forma e a substância do valor, a retomada da teoria do valor trabalho em Sraffa evidencia, justamente, a não relação entre a medida e a forma do valor. Ou seja, não há necessidade de se medir o excedente em trabalho abstrato para que se determinem os preços relativos e a taxa de lucro, afinal, se é capaz de se ter outra medida com a mesma substância (dado que as mercadorias e o capital se originam do trabalho abstrato) mantendo a estrutura analítica de explicação de Marx, tanto da relação da distribuição do excedente com a determinação dos preços, quanto da concorrência como fator central para a distribuição da mais valia entre os ramos de produção, cujas composições orgânicas são distintas, não há porque creditar a Marx uma relação entre a forma do valor e a medida do valor. No entanto, para a leitura de autores marxistas mais tradicionais essa relação estaria na teoria da exploração, e aqueles que não a apontassem estariam caindo numa visão fetichizada das coisas, pois não dariam conta de perceber a essência do modo de produção capitalista na exploração do trabalho.

É aqui que mora uma importante argumentação oferecida pelos economistas sraffianos Pierangelo Garegnani e Fabio Petri (1989), cujos elementos trazem um questionamento central para uma caracterização do modo de produção capitalista em Marx. Ao terem que oferecer uma resposta a concepção dos marxistas de que o livro de Sraffa possuiria um tratamento do valor e distribuição residentes na aparência (burguesa, portanto), os autores italianos argumentam que o excedente e sua respectiva extração por parte de diferentes modos de produção é uma categoria histórica. Ou seja, diferentes modos de produção e organização do trabalho possuíam o Excedente, sendo que, o que pode haver de diferenciação destes com o capitalismo é o sentido da produção e o destino que se dá a este Excedente. Os autores estão chamando a atenção para que, uma caracterização do capitalismo também deve possuir esses dois elementos. Em outras palavras, é apenas no modo de produção capitalista que o sentido da organização da produção e do trabalho se orienta, única e exclusivamente, para a geração de um excedente cada vez maior, ou seja, o objetivo é a acumulação, sendo o destino produtivo do excedente o investimento, pois amplia a capacidade produtiva e tecnológica para a geração de mais Excedente. No entanto, isso por si só não responde ao questionamento dos marxistas que argumentam a exploração do trabalho, e estes dois pontos estão presentes no pensamento de Marx, para além dos pontos referentes à transformação da força de trabalho em mercadoria, a propriedade privada dos meios de produção, a circulação monetária dentre outros pontos que caracterizariam a análise de Marx sobre o capitalismo. Para os autores sraffianos a concepção da categoria Excedente como sendo essencialmente histórica, junto a compreensão, revelada por Marx, de que a essência do ser social se encontraria no trabalho, cuja transformação em mercadoria ganha a especificidade de dar valor aos bens que são produtos do trabalho no modo de produção capitalista, faz compreender que neste mesmo modo de organização da produção o excedente em valor (a mais valia) só poderia surgir de uma quantidade empregada de trabalho para além da quantidade capaz de reproduzir as condições sociais médias de produção, cujo resultado produtivo é um excedente em mercadorias. Assim sendo, o aparecimento de um excedente em valor caracterizaria por si só a exploração de trabalho no capitalismo, haja visto a origem do valor e do próprio excedente no trabalho. A argumentação dos sraffianos de que a extração do excedente, por si só (não levando em consideração o valor) já se concentra na exploração do trabalho em modos de produção distintos do capitalista é posta a tona pela análise materialista histórica dos autores em torno da categoria do Excedente. Assim sendo, um excedente em mercadorias só pode ser

resultado de um excedente em trabalho, garantido essencialmente pela relação de poder de uma classe sobre a outra. A classe que trabalha, no sentido produtivo, é aquela que fornece o excedente e é explorada. No capitalismo a relação de poder imposta a classe explorada é garantida juridicamente pela propriedade privada dos meios de produção. No feudalismo, por exemplo, aconteceria algo semelhante dada as relações de vassalagem entre servo e senhor feudal.

Desta maneira, pode-se ter como conclusão uma retomada da teoria do valor trabalho e da teoria da distribuição de Marx junto ao trabalho de Sraffa, cuja controvérsia entre as correntes marxista e sraffiana não foi capaz, num primeiro momento, de extrair essa conclusão devido a não investigação das origens marxistas de Sraffa, pois a teoria econômica de Marx, no que tange ao valor e a distribuição, ganha a solução de um dos problemas mais atacados por seus adversários e ainda revela o seu vigor analítico. Este último, no entanto, é essencial para a compreensão crítica da realidade econômica por parte do economista político crítico. Sraffa é o autor, portanto, que traz essa contribuição, evidenciando junto a Marx toda a essência da investigação do alemão acerca do modo de produção capitalista.

Como parte do objetivo de uma conclusão, procurar-se agora levantar alguns objetos de pesquisa que dariam continuidade ao o que aqui foi exposto, e poderão ser desenvolvidos no futuro:

(1) Aprofundar a discussão em torno da teoria do valor trabalho, analisando outras soluções do problema da transformação e seus respectivos desdobramentos teóricos em relação às concepções de Marx. A partir disso comparar com os resultados da solução empreendida por Sraffa, e a respectiva interpretação da teoria do valor trabalho advogada pelos economistas sraffianos. Tem-se em mente que outras considerações acerca da problemática da transformação podem lançar luzes sobre possíveis métodos de medida do

excedente em trabalho, o que traria compreensões acerca das relações entre os valores e os preços de produção e entre as taxas de lucro e as taxas de mais valia.

(2) a investigação da relação teórica entre Sraffa e Marx no que se refere à teoria do capital. Tal teoria é mais desenvolvida na parte II do livro de 1960, e levou a famosa Controvérsia do Capital, entre economistas da Cambridge inglesa e americana na década de 70. A investigação desse debate e de seus desdobramentos é essencial para a crítica à teoria neoclássica, dado que os problemas lógicos apontados por Sraffa persistem mesmo com a mudança promovida por Arrow e Debreu na noção de equilíbrio geral. Uma investigação entre as formulações de Sraffa e Marx em torno da teoria do capital fortaleceria a crítica aos neoclássicos e o entendimento da necessidade do tratamento histórico dessa categoria feita por Marx.

(3) Partindo-se de uma sugestão de Garegnani e Petri de reconstrução da Economia Política, a partir das formulações de Sraffa, buscar-se-ia a apropriação de uma teoria do produto, assentada sobre o princípio da demanda efetiva, que fosse compatível com as concepções desenvolvidas por Sraffa em relação ao valor e a distribuição. Acredita-se que, usando o mesmo método aqui empregado, se poderia alcançar tal teoria do produto com as considerações feitas por Michal Kalecki. Este autor é essencial para o objetivo da reconstrução posto por Garegnani e Petri, não só por ser compatível, mas também por possuir, assim como Sraffa, a base de suas concepções teóricas em Marx (e outros autores marxistas também), mais especificamente nos Esquemas de Reprodução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOBB, Maurice.; **Teorias do Valor e Distribuição desde Adam Smith**. Lisboa: Editorial Presença, 1978.

GAREGNANI, P.; Sobre a Teoria do Valor e da Distribuição em Marx e nos Economistas Clássicos. In. Garegnani et al. **Progresso Técnico e Teoria Econômica**. Campinas: HUCITEC-UNICAMP, 1980.

_____; On a turning point in Sraffa's theoretical and interpretative position in the late 1920's. In: **European Journal of History of Economic Thought**, Vol. 12, nº3, pp.453-492, Setembro 2005.

GAREGNANI, P. & PETRI, F.; Marxismo e Teoria Econômica Hoje. In: HOSBAWN, E. (Org.). **História do Marxismo**, Vol.12. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GORENDER, J. Apresentação. In: Marx, K. **O Capital: crítica da Economia Política**, Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HUNT, E. K. ; **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

MALTA, Maria Mello de. ; **Um comunista italiano na *Marshall Library*: a propósito de Piero Sraffa**. Rio de Janeiro, *mimeo*, 2012.

MALTA, Maria Mello de. & CASTELO, Rodrigo. ; **Marx e a História do Pensamento Econômico: Um debate sobre método e ideologia**. Rio de Janeiro, *mimeo*, 2012.

MARX, K. ; **O Capital: crítica a economia política**, Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. ; **Teorias da Mais Valia: história crítica do pensamento econômico**, v. II. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

MEEK, Ronald L.; Sraffa e a Reabilitação da Economia Clássica. In: MEEK, Ronald L. **Economia e Ideologia: O Desenvolvimento do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1971.

POTIER, Jean-Pierre.; **Piero Sraffa – Unorthodox economist (1898-1983)**, Londres: Routledge, 1991.

RICARDO, D. ; **Princípios de Economia Política e Tributação**, Coleção Os Economistas, São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SERRANO, F. **Teoria do Valor de Marx: Excedente ou Transfiguração Crítica?**, Rio de Janeiro, *mimeo*, 2009.

SINGER, P. Apresentação. In: SRAFFA, P.; **Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias; Um Prelúdio a crítica da teoria econômica**, São Paulo: Nova Cultural, 1995.

SRAFFA, P. Introdução. In: RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**, Coleção Os Economistas, São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SRAFFA, P.; **Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias: Um Prelúdio a crítica da teoria econômica**, São Paulo: Nova Cultural, 1995.

TEIXEIRA, A.; **Marx e a economia política: a crítica como conceito**. Econômica, v. 1, n.4, Dezembro 2000.

VIANELLO, F.; **Labor Theory of Value**. In: EATWELL, J., MILGATE, M., NEWMAN, P. The New Palgrave Dictionary of Economics, London: Macmillan, 1987.

